



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026

Altera a Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, que constituiu a 1ª Comissão de Tecnologia – COTEC e revoga a Portaria nº 25 de 26 de janeiro de 2026, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n.º 965, de 20 de dezembro de 2017;

**CONSIDERANDO** a necessidade de garantir a eficiência e a continuidade das atividades relativas aos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

**CONSIDERANDO** a criação e reformulação periódica das Comissões Permanentes e Especiais, visando atender aos princípios da legalidade, eficiência e transparência na Administração Pública;

**CONSIDERANDO** a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar os incisos do Art. 1º da Portaria n.º 185 de 14 de julho de 2025, designando os servidores abaixo relacionados para a composição da Comissão de Tecnologia:

**I - Agente de contratação:**

a) Gabriel Alves da Silva Gama n.º: \*\*\*\*\*238.

**II - Equipe de Apoio:**

a) Ayanne Carmencita Ramos Dias n.º: \*\*\*\*\*964;

b) Jéssica Saraiva Guimarães n.º: \*\*\*\*\*606;

§ 1º O servidor indicado no inciso I, alínea a), atuará como **pregoeiro**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como **pregoeira substituta** a servidora indicada no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes ao pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Revogar a Portaria nº 25 de 26 de janeiro de 2026.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**

Superintendente de Compras e Licitações do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**, **Superintendente**, em 05/03/2026, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **69519740** e o código CRC **489967D3**.

**Referência:** Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000009/2026-61

SEI nº 69519740



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Tecnologia - SUPEL-COTEC

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90565/2025/SUPEL/RO**

Para o **GRUPO ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25% para as ME/EPP.**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 14/05/2026, às 11h (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 11/05/2026.
--	---

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com **Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM** - com identificação dos motoristas através “**ibuttons**” compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**FUNDAMENTO:**

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.  
Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024.  
dentre outros.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0009.007978/2024-06**

**UASG:** 925373

**ENDEREÇO ELETRÔNICO :** <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**ORÇAMENTO  
ANUAL**

R\$ 1.167.750,72 (um milhão, cento e sessenta e sete mil setecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos)

<b>VISTORIA</b>		<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>	
Facultativa/ Obrigatório		Contrato	
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 14.4.1.</b> e subitens do Termo de Referência. <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <b>item 14.4.3.</b> e subitens do Termo de Referência. <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <b>item 14.4.2.</b> e subitens do Termo de Referência. <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <b>item 14.4.4.</b> e subitens do Termo de Referência		<b>Requisitos Específicos:</b>	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>	
Não	Não	Não	
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>CONTRATAÇÃO</b>	
Menor Preço Por Grupo Único	Aberto	Sim	
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>	
Telefone: 69.3212-9243		<a href="mailto:coesp.supel@gmail.com">coesp.supel@gmail.com</a>	
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>			
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.			
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b> )			

SUMÁRIO

1.
- DO PREÂMBULO;
2.
- DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;

3. DO OBJETO;
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
9. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
11. DO RECURSO;
12. DA HOMOLOGAÇÃO;
13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
15. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
17. DO PAGAMENTO;
18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
23. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES** S, por meio da **Portaria n.º 50/2026/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 25 de fevereiro de 2026, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o n.º 90565/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO ÚNICO**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo** n.º **0009.007978/2024-06**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

**3. DO OBJETO**

3.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com **Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM** - com identificação dos motoristas através **“ibuttons”** compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**3. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**3.1. DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com **Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM** - com identificação dos motoristas através **“ibuttons”** compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**3.2. DAS QUANTITATIVO A SER CONTRATADO:** O quantitativo a ser contratado do objeto fora estimado por meio do documento de Documento de Formalização de Demanda 146 (0062668696) e Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), o qual se resume no quadro a seguir.

**QUADRO 01**

	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO VIA TRANSMISSÃO - (SATELITAL)	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL

<b>GRUPO ÚNICO</b>	01	25410	Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com "Comunicação via satélite com transmissão GSM" com identificação dos motoristas, por meio de ibuttons, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, para veículos do DER-RO, durante o período de 12 meses.	UND	712	8.544
	02	605855	Locação de dispositivos de identificação de condutores (ibuttons) durante o período de 12 meses.	UND	1000	12.000

**3.2.1. DA GARANTIA DOS MATERIAIS:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento no site.

**3.3. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:** O objeto da pretensa contratação é classificado como **SERVIÇO COMUM** de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com fornecimento em comodato de bens e utilização de software homologado, conforme os termos do art. 6º, incisos XIII da Lei nº 14.133/2021. (Conforme, item 5.1. do Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

(...)

**3.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 3.2.1.** e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### **3.2.1. DA GARANTIA DOS MATERIAIS**

**DA GARANTIA DOS MATERIAIS:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento no site.

(...)

**3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 10.5 e 10.11** e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais

foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

**10.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/PRAZO DE ENTREGA:**

10.5.1. A execução do serviço especializado de rastreamento veicular via satélite, a ser realizada pela empresa vencedora do certame licitatório, estará condicionada ao cumprimento das seguintes etapas prévias:

10.5.1.1. Emissão prévia da Nota de Empenho;

10.5.1.2. Formalização do contrato administrativo mediante assinatura pelas partes envolvidas;

10.5.1.3. Expedição subsequente da Ordem de Serviço.

10.5.1.4. A prestação do serviço somente poderá iniciar após o atendimento integral dessas condições.

10.5.1.5. A entrega do objeto deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento, da ordem de serviço, condicionado a previa emissão da nota de empenho e assinatura do contrato emitido pela PGE/DER-RO.

10.5.2. Em caso de impossibilidade de entrega do serviço dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, a empresa contratada deverá comunicar formalmente as razões que justificam o atraso, com **antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista para conclusão**. Tal comunicação é imprescindível para a análise de qualquer pleito de prorrogação do prazo contratual.

10.5.3. Excepcionalmente, situações decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas para flexibilização do prazo, mediante comprovação adequada e conforme análise da autoridade competente.

**10.6. LOCAL E ENDEREÇOS DE INSTALAÇÃO DOS RASTREADORES NOS VEICULOS E MÁQUINAS:**

10.7. O horário de funcionamento da Residência Regional e Usina de Asfalto para instalação dos rastreadores é de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00**.

10.8. A instalação dos Rastreadores nos veículos será nas Residências Regionais e Usinas de Asfalto do DER/RO, nos Municípios conforme abaixo:

ITEM	MUNICÍPIO	RESIDÊNCIA/USINA	ENDEREÇO
01	COLORADO DO OESTE/RO	1 RR COLORADO DO OESTE	Rua Amapá, nº 5329, Bairro São José. CEP 76.993-970
02	ARIQUEMES/RO	2 RR ARIQUEMES	Rua Vimberê, nº 2188, Setor 04. CEP 76.873-463
03	OURO PRETO DO OESTE/RO	3 RR OURO PRETO	Rua: Buraqueiro, s/nº, Setor Industrial. CEP 76-920-000
04	CACOAL/RO	4 RR CACOAL	Rua Rondônia, nº 1078, Bairro Incra. CEP 76.965-872
05	ROLIM DE MOURA/RO	5 RR ROLIM DE MOURA	Av Sete de Setembro, nº 5490, Bairro Boa Esperança. CEP 76.940-000
06	MACHADINHO DO OESTE/RO	6 RR MACHADINHO DO OESTE	RO 133, nº 4041. CEP: 76.868-000
07	ALVORARAD DO OESTE/RO	7 RR ALVORADA DO OESTE	Av Independência s/nº, Bairro Alto Alegre. CEP 76.930-000
08	JI-PARANÁ/RO	8 RR JI-PARANA	BR 364 – KM 08, Setor Rural. CEP 76.900-000
09	VILHENA/RO	9 RR VILHENA	Av Jo Sato, nº 1280, Bairro Bela Vista
10	PIMENTA BUENO/RO	11 RR PIMENTA BUENO	Rua Rui Barbosa, nº 250, Beira Rio. CEP 76.970-970
11	JARU/RO	12 RR JARU	Rua Tapajós, nº 3963, Setor 02. CEP 76.890-000
12	PORTO VELHO/RO	13 RR PORTO VELHO	Rua Antônio Lacerda, nº 4168, Setor Industrial. CEP 76.821-038
13	EXTREMA/RO	14 RR DE EXTREMA	Br 364, Km 1042, Distrito de Extrema
14	BURITIS	15 RR BURITIS	Av. Ayrton Sena, nº 3766, Setor Industrial. CEP 76.880-000
15	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO	16 RR SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Rua Dom João, nº 3436, Bairro Cidade Baixa
16	ARIQUEMES/RO	USINA DE ARIQUEMES	RO 257 KM 03, s/n, Zona Rural Saída para Machadinho d'Oeste
17	JI-PARANÁ/RO	USINA DE JI PARANA	Av Edson Lima, nº 3835, Bairro Jorge Teixeira



18	ROLIM DE MOURA/RO	USINA DE ROLIM DE MOURA	Av Morumbi, s/n, Esquina c/ Parnaíba
19	JARU/RO	USINA DE JARU	RO 463 (Pátio da Coaja) Bairro Zona Rural
20	VILHENA/RO	USINA DE VILHENA	Setor 13, Quadra 07, Lote 01
21	CACOAL/RO	USINA DE CACOAL	Lote 31, Linha 04 - Gleba, Setor Prosperidade

#### 10.9. DO RECEBIMENTO:

10.10. Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) Os bens serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

a.1) Assim que o serviço for acompanhado e fiscalizado, a pessoa responsável tem até 10 dias para avaliar se as exigências técnicas estão sendo cumpridas. Essa avaliação é registrada em um documento detalhado (termo), que comprova que o serviço está conforme o contrato, mesmo que ainda não esteja concluído definitivamente.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

b.1) Após a conclusão completa do serviço, outro prazo de até 10 dias é destinado para uma avaliação final. Essa análise é feita por um servidor ou comissão designada, que verifica se todas as condições do contrato foram atendidas. O resultado também é registrado em termo detalhado.

**10.10.1. Rejeição do Serviço:** Se, em qualquer momento, for constatado que o serviço não atende às especificações técnicas ou contratuais — seja total ou parcialmente — a empresa contratada deve corrigir as falhas em até 72H úteis da notificação, custeando a correção. Caso contrário, podem ser aplicadas penalidades previstas no contrato.

**10.10.2. Prorrogação do Prazo para Recebimento Definitivo:** Se for necessário realizar verificações adicionais para garantir o cumprimento do contrato, o prazo para o recebimento definitivo pode ser prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa formal.

**10.10.3. Divergências e Pagamentos Parciais:** Se houver dúvidas ou divergências sobre a quantidade, qualidade ou outras características do serviço, a administração deve seguir as regras do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021. Nessa situação, a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal apenas sobre a parte do serviço que não está em disputa, permitindo o pagamento parcial.

**10.10.4. Correções e Saneamento de Documentos:** O tempo que a empresa levar para corrigir erros no serviço ou na documentação (como a Nota Fiscal) durante a análise de pagamento não será contado no prazo para o recebimento definitivo.

**10.10.5. Responsabilidades Após o Recebimento:** Mesmo após o recebimento provisório ou definitivo, a empresa continua responsável pela qualidade, segurança e eficiência do serviço prestado, assim como pelo cumprimento das obrigações ético-profissionais previstas no contrato.

10.10.6. O objeto da contratação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

**10.10.7. O recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.10.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

10.10.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.10.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

10.10.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do

contrato.

#### 10.11. MODO DE FISCALIZAÇÃO:

10.11.1. A fiscalização será feita por servidores designados pelo DER-RO, que atuarão como fiscais do contrato.

10.11. O próprio sistema de rastreamento via web, será usado como ferramenta de fiscalização, permitindo o monitoramento em tempo real dos veículos, identificação de motoristas e extração de relatórios.

10.11.1. A contratada deverá enviar relatórios mensais de desempenho, com informações sobre disponibilidade do sistema, falhas e atendimentos técnicos.

10.11.2. Poderão ser realizadas verificações técnicas em campo, testes nos rastreadores e conferência de equipamentos instalados.

10.11.3. A fiscalização acompanhará também os cumprimentos dos prazos de manutenção e suporte técnico, previstos em contrato.

10.11.4. Não conformidades poderão gerar advertências ou penalidades, conforme as regras contratuais.

10.11.5. A fiscalização será contínua, técnica e digital, baseada no acompanhamento do sistema e no desempenho da empresa, conforme os Arts. 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024 Art. 2º VII, VIII, IX e CAPÍTULO II, Seções VII e VIII.

**3.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 10.5** e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

#### 10.5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/PRAZO DE ENTREGA:

10.5.1. A execução do serviço especializado de rastreamento veicular via satélite, a ser realizada pela empresa vencedora do certame licitatório, estará condicionada ao cumprimento das seguintes etapas prévias:

10.5.1.1 Emissão prévia da Nota de Empenho;

10.5.1.2. Formalização do contrato administrativo mediante assinatura pelas partes envolvidas;

10.5.1.3. Expedição subsequente da Ordem de Serviço.

10.5.1.4. A prestação do serviço somente poderá iniciar após o atendimento integral dessas condições.

10.5.1.5. A entrega do objeto deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento, da ordem de serviço, condicionado a previa emissão da nota de empenho e assinatura do contrato emitido pela PGE/DER-RO.

10.5.2. Em caso de impossibilidade de entrega do serviço dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, a empresa contratada deverá comunicar formalmente as razões que justificam o atraso, com **antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista para conclusão**. Tal comunicação é imprescindível para a análise de qualquer pleito de prorrogação do prazo contratual.

10.5.3. Excepcionalmente, situações decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas para flexibilização do prazo, mediante comprovação adequada e conforme análise da autoridade competente.

#### 10.6. LOCAL E ENDEREÇOS DE INSTALAÇÃO DOS RASTREADORES NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS:

10.7. O horário de funcionamento da Residência Regional e Usina de Asfalto para instalação dos rastreadores é de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00**.

10.8. A instalação dos Rastreadores nos veículos será nas Residências Regionais e Usinas de Asfalto do DER/RO, nos Municípios conforme abaixo:

ITEM	MUNICÍPIO	RESIDÊNCIA/USINA	ENDEREÇO
01	COLORADO DO OESTE/RO	1 RR COLORADO DO OESTE	Rua Amapá, nº 5329, Bairro São José. CEP 76.993-970
02	ARIQUEMES/RO	2 RR ARIQUEMES	Rua Vímberê, nº 2188, Setor 04. CEP 76.873-463
03	OURO PRETO DO OESTE/RO	3 RR OURO PRETO	Rua: Buraqueiro, s/nº, Setor Industrial. CEP 76-920-000
04	CACOAL/RO	4 RR CACOAL	Rua Rondônia, nº 1078, Bairro Incra. CEP 76.965-872

05	ROLIM DE MOURA/RO	5 RR ROLIM DE MOURA	Av Sete de Setembro, nº 5490, Bairro Boa Esperança. CEP 76.940-000
06	MACHADINHO DO OESTE/RO	6 RR MACHADINHO DO OESTE	RO 133, nº 4041. CEP: 76.868-000
07	ALVORARAD DO OESTE/RO	7 RR ALVORADA DO OESTE	Av Independência s/nº, Bairro Alto Alegre. CEP 76.930-000
08	JI-PARANÁ/RO	8 RR JI-PARANA	BR 364 – KM 08, Setor Rural. CEP 76.900-000
09	VILHENA/RO	9 RR VILHENA	Av Jo Sato, nº 1280, Bairro Bela Vista
10	PIMENTA BUENO/RO	11 RR PIMENTA BUENO	Rua Rui Barbosa, nº 250, Beira Rio. CEP 76.970-970
11	JARU/RO	12 RR JARU	Rua Tapajós, nº 3963, Setor 02. CEP 76.890-000
12	PORTO VELHO/RO	13 RR PORTO VELHO	Rua Antônio Lacerda, nº 4168, Setor Industrial. CEP 76.821-038
13	EXTREMA/RO	14 RR DE EXTREMA	Br 364, Km 1042, Distrito de Extrema
14	BURITIS	15 RR BURITIS	Av. Ayrton Sena, nº 3766, Setor Industrial. CEP 76.880-000
15	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO	16 RR SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Rua Dom João, nº 3436, Bairro Cidade Baixa
16	ARIQUEMES/RO	USINA DE ARIQUEMES	RO 257 KM 03, s/n, Zona Rural Saída para Machadinho d'Oeste
17	JI-PARANÁ/RO	USINA DE JI PARANA	Av Edson Lima, nº 3835, Bairro Jorge Teixeira
18	ROLIM DE MOURA/RO	USINA DE ROLIM DE MOURA	Av Morumbi, s/n, Esquina c/ Parnaíba
19	JARU/RO	USINA DE JARU	RO 463 (Pátio da Coaja) Bairro Zona Rural
20	VILHENA/RO	USINA DE VILHENA	Setor 13, Quadra 07, Lote 01
21	CACOAL/RO	USINA DE CACOAL	Lote 31, Linha 04 - Gleba, Setor Prosperidade

#### 10.9. DO RECEBIMENTO:

10.10, Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) Os bens serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

a.1) Assim que o serviço for acompanhado e fiscalizado, a pessoa responsável tem até 10 dias para avaliar se as exigências técnicas estão sendo cumpridas. Essa avaliação é registrada em um documento detalhado (termo), que comprova que o serviço está conforme o contrato, mesmo que ainda não esteja concluído definitivamente.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

b.1) Após a conclusão completa do serviço, outro prazo de até 10 dias é destinado para uma avaliação final. Essa análise é feita por um servidor ou comissão designada, que verifica se todas as condições do contrato foram atendidas. O resultado também é registrado em termo detalhado.

10.10.1. **Rejeição do Serviço:** Se, em qualquer momento, for constatado que o serviço não atende às especificações técnicas ou contratuais — seja total ou parcialmente — a empresa contratada deve corrigir as falhas em até 72H úteis da notificação, custeando a correção. Caso contrário, podem ser aplicadas penalidades previstas no contrato.

10.10.2. **Prorrogação do Prazo para Recebimento Definitivo:** Se for necessário realizar verificações adicionais para garantir o cumprimento do contrato, o prazo para o recebimento definitivo pode ser prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa formal.

10.10.3. **Divergências e Pagamentos Parciais:** Se houver dúvidas ou divergências sobre a quantidade, qualidade ou outras características do serviço, a administração deve seguir as regras do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021. Nessa situação, a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal apenas sobre a parte do serviço que não está em disputa, permitindo o pagamento parcial.

10.10.4. **Correções e Saneamento de Documentos:** O tempo que a empresa levar para corrigir erros no serviço ou na documentação (como a Nota Fiscal) durante a análise de pagamento não será contado no prazo para o recebimento definitivo.

10.10.5. **Responsabilidades Após o Recebimento:** Mesmo após o recebimento provisório ou definitivo, a empresa continua responsável pela qualidade, segurança e eficiência do serviço

prestado, assim como pelo cumprimento das obrigações ético-profissionais previstas no contrato.

10.10.6. O objeto da contratação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.10.7. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.10.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

10.10.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.10.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

10.10.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

(...)

#### 4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

4.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [coesp.supel@gmail.com](mailto:coesp.supel@gmail.com);

4.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

4.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

4.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

4.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### 5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

5.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

5.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

5.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**5.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

5.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

5.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

5.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

5.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

5.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 7. do Anexo I - Termo de Referência, conforme transcrevemos:**

(...)

**7. da participação de empresas sob a forma de consórcio e cooperativa**

7.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do artigo 15 e 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como inciso V do artigo 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se que:

7.2. **Fica VEDADA** a participação de empresas sob a forma de CONSÓRCIO e COOPERATIVAS, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

7.3. A participação por meio de consórcio poderia fragmentar a execução e dificultar o gerenciamento dos veículos e das responsabilidades contratuais. portanto, de **solução tecnológica integrada (hardware + software + telecomunicação + suporte técnico)**, que exige: interoperabilidade plena entre os participantes; padronização; Centralização da base de dados e da gestão da frota.

7.4. Eventuais conflitos internos entre os membros do consórcio quanto à divisão de custos ou manutenção da infraestrutura tecnológica podem comprometer a continuidade do serviço, essencial para a segurança do patrimônio público estadual.

7.5. Sob a ótica do princípios da eficiência e interesse público do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a admissão de consórcios pode gerar, descontinuidade do serviço por conflitos entre consorciadas, falhas na integração tecnológica (impactando rastreamento em tempo real), aumento de custos indiretos de gestão e fiscalização;

7.6. O mercado de rastreamento e monitoramento veicular é maduro e extremamente competitivo,

contando com inúmeras empresas de diferentes portes capazes de atender integralmente às exigências do edital de forma isolada. A permissão de consórcios, em um mercado com oferta abundante, poderia, inversamente, reduzir a competitividade, permitindo que grandes fornecedores se unam para dominar o certame, em vez de competirem entre si

7.7. A vedação de cooperativas justifica-se pela incompatibilidade entre o modelo societário cooperativista e a exigência de licenças da ANATEL, infraestrutura própria, servidores de dados e tecnologia proprietária ou licenciada. Tais ativos são, por natureza, patrimônio de empresas comerciais especializadas, e não bens compartilhados por cooperados para o exercício de suas profissões individuais.

7.8. Com base Súmula 281 do TCU a vedação é legítima, a "Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver **necessidade de subordinação jurídica** entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e **habitualidade**." Na presente caso, verifica-se a habitualidade diária de rastreio em tempo real 24/7, sendo suporte ou operação funcionando continuamente, sem interrupções, incluindo fins de semana e feriados.

7.9. Portanto, a contratação de cooperativa para este objeto poderia configurar mera intermediação de mão de obra ou "terceirização ilícita", ferindo o regime jurídico das cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012).

(...)

**5.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 8. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1. FICA VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO**, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Estas razões podem ser detalhadas como segue:

8.2. A empresa contratada foi selecionada com base em critérios específicos de competência técnica, capacidade operacional e histórico de desempenho. A subcontratação pode comprometer esses critérios, uma vez que a empresa subcontratada pode não possuir o mesmo nível de qualificação e expertise. Assim, a vedação assegura que o serviço ou produto final mantenha a qualidade esperada conforme estabelecido no contrato inicial.

8.3. Ao proibir a subcontratação, garante-se que a empresa contratada mantenha a responsabilidade direta e integral sobre a execução do contrato. Isso facilita a fiscalização e o controle por parte do contratante, permitindo uma gestão mais eficaz e rápida resolução de problemas. A dispersão da responsabilidade em diferentes entidades pode dificultar a identificação de falhas e a adoção de medidas corretivas.

8.4. A subcontratação pode abrir brechas para práticas antiéticas, como superfaturamento e conluíus entre empresas. A vedação minimiza esses riscos, promovendo um ambiente de maior transparência e honestidade nas relações contratuais. Ademais, a cessão ou transferência do objeto contratual pode envolver interesses alheios aos objetivos do contrato original, colocando em risco a lisura do processo.

8.5. A vedação assegura que o contrato se mantenha fiel às condições iniciais acordadas, evitando alterações que possam gerar disputas jurídicas. A fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada pode resultar em mudanças significativas na estrutura e operação da empresa, criando incertezas jurídicas e administrativas. A manutenção do contrato na sua forma original proporciona maior segurança jurídica para ambas as partes envolvidas.

8.6. A execução direta do objeto contratual pela empresa selecionada evita atrasos e problemas logísticos que podem surgir com a subcontratação. A coordenação entre várias empresas pode introduzir complexidades desnecessárias e dificultar o cumprimento dos prazos estipulados, comprometendo a eficiência operacional do contrato.

8.7. A vedação da subcontratação pode contribuir para um melhor controle dos custos, evitando margens adicionais que seriam aplicadas pela empresa subcontratada. Dessa forma, os recursos financeiros são utilizados de maneira mais eficiente, garantindo que o contratante obtenha o melhor retorno possível sobre o investimento realizado.

8.8. A vedação da subcontratação, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação busca

proteger os interesses do contratante, assegurando a qualidade, a responsabilidade, a transparência, a segurança jurídica, a eficiência operacional e o custo-benefício do contrato. Essas medidas são essenciais para garantir que o objeto contratual seja executado conforme os padrões esperados e dentro dos parâmetros estabelecidos no processo.

(...)

## **6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

6.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

6.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

6.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

6.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

6.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

6.5. Para o **GRUPO ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25%** para as **ME/EPP**.

## **7. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

7.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

7.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

7.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 14. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances, conforme transcrevemos:

(...)

#### **14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**14.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando do procedimento de com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

14.1.1. Para o presente procedimento, o modo de disputa será o **ABERTO**, nas disposições presentes no inciso I, do art. 56 da Lei Federal 14.133, de 2021.

14.1.2. As propostas serão julgadas pelo **MENOR PREÇO**, apresentado ao **GRUPO ÚNICO**.

14.1.3. Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

14.1.4. Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

14.1.4.1. A proposta de preços terá a validade 90 (noventa) dias, onde deverá constar:

14.1.4.2. O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

14.1.4.3. Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;

14.1.4.4. Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e

14.1.4.5. Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

**14.2. PROVA DE CONCEITO:** Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, justificamos a *dispensa da prova de conceito* para a contratação de solução de gerenciamento do serviço especializado, com base em critérios técnicos, jurídicos e administrativos. A solução é consolidada no mercado, com padrões validados por experiências anteriores, e os requisitos técnicos estão claramente definidos no termo de referência e edital. A análise documental das propostas é suficiente para garantir o atendimento das necessidades. O contrato incluirá cláusulas de garantia de funcionalidade, mitigando riscos e assegurando penalidades em caso de não conformidade. A dispensa visa garantir eficiência, economicidade e celeridade ao processo, alinhada ao interesse público.

**FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:** O fornecimento do serviço rastreamento e monitoramento de veículos do DER-RO, com tecnologia via satélite e transmissão exclusiva via **GSM**, será realizado de **FORMA CONTÍNUA**, incluindo o fornecimento de equipamentos em comodato (rastreadores), e a entrega **INTEGRAL** dos Ibuttons (Tags para identificação de motoristas), na modalidade de locação.

(...)

### **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

8.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

8.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:



a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 14.1.1. do Anexo I deste Edital - Termo de Referência,

8.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

8.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.12. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às

margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação.

## **9. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

9.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

9.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

9.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

9.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

9.3.1.1. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

9.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

9.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

9.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

9.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

9.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 14. do Anexo I - termo de Referência.

9.8. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.8.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

9.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 9.8.1. serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

9.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

9.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

9.8.4. O procedimento mencionado no item 9.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

9.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

10.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

10.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

10.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**10.6. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 18. – Das Penalidades deste Edital.**

10.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

10.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**10.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

10.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.12. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

10.12.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.12.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 10.12.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.12.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 10.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

### **10.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**10.13.1.** Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 14.4.2. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

#### **14.4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).
- g) Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

(...)

### **10.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**10.14.1.** Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 14.4.1. do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

#### **14.4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- c) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

g) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

## 10.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

10.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 14.4.3. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

### 14.4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

a).1 No caso de empresas em recuperação judicial, será admitida a sua participação desde que apresentada cópia do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente e comprovadamente em vigor, acompanhado dos demais documentos exigidos neste item.

b) **Balanço patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **7% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais, onde:

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 7% do valor estimado da contratação constitui requisito de habilitação econômico-financeira destinado a assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira suficiente para suportar os encargos decorrentes da execução contratual.

A medida encontra respaldo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir documentos destinados a demonstrar a capacidade financeira dos licitantes, inclusive patrimônio líquido mínimo, desde que observados critérios de razoabilidade, proporcionalidade e motivação no processo administrativo.

Nos termos do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir patrimônio líquido mínimo limitado a até 10% do valor estimado da contratação, parâmetro legal que visa equilibrar a necessidade de segurança contratual com a preservação da competitividade do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de admitir tal exigência como mecanismo legítimo de verificação da capacidade financeira dos licitantes, desde que respeitado o limite legal e devidamente justificada sua necessidade nos autos do processo licitatório. Nesse sentido, o TCU firmou entendimento de que:

· **Acórdão 1.335/2010 – Plenário:** estabelece que a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo deve observar o limite de até 10% do valor estimado da contratação;

· **Acórdão 1.801/2008 – Plenário:** destaca que a qualificação econômico-financeira visa garantir que o contratado possua condições de suportar os custos da execução contratual;

O Tribunal de Contas da União também consolidou entendimento de que a Administração pode estabelecer exigências de habilitação econômico-financeira com o objetivo de assegurar a execução do contrato, desde que não configurem restrição indevida à competitividade e observem os limites previstos na legislação.

Nesse contexto, a fixação do percentual de 7% do valor estimado da contratação revela-se compatível com limite legal de até 10%, situando-se em patamar inferior ao máximo permitido

pela legislação e pela jurisprudência do TCU, o que demonstra sua razoabilidade e proporcionalidade.

Igualmente, a exigência busca mitigar riscos inerentes à contratação pública, tais como:

- I** - incapacidade financeira da contratada para iniciar ou manter a execução do contrato;
- II** - descontinuidade da prestação dos serviços;
- III** - inadimplemento contratual decorrente de insuficiência de capital operacional;
- IV** - necessidade de rescisão contratual e nova contratação emergencial.

Portanto, a exigência de patrimônio líquido mínimo constitui mecanismo preventivo de gestão de riscos contratuais, alinhado aos princípios da eficiência, segurança jurídica, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da lei nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que o percentual adotado não configura barreira desproporcional à competitividade, pois permanece dentro dos limites legalmente admitidos e visa exclusivamente garantir que os licitantes possuam capacidade financeira mínima compatível com a execução do objeto contratual.

Pelo acima exposto, concluímos que a exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente ao percentual de 7% do valor estimado da contratação, atende aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, bem como, atende às orientações da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, constituindo medida adequada para garantir a segurança e a boa execução do futuro contrato administrativo.

A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 7% do valor do procedimento ganha pela contratada visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência.

Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de comprovação do atendimento de índices econômicos previstos, atestado por profissional contábil, visa garantir a qualificação econômico-financeira do fornecedor, assegurando sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A justificativa para essa cobrança deve demonstrar a necessidade de verificar a saúde financeira do fornecedor, especialmente em contratos que envolvem riscos financeiros significativos.

(...)

## **10.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

10.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 14.4.4. do Anexo I – Termo de Referência deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### **14.4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestado de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Compatível em **características** o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma, contemple o fornecimento de materiais condizentes com o objeto desta licitação.

Compatível em **quantidade** o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma contemple o fornecimento de materiais condizentes com o percentual de **10% (dez por cento)** do item que a empresa apresentar proposta.



Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado.

(...)

10.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **10.18. DAS DECLARAÇÕES:**

10.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

10.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

### **11. DO RECURSO**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

11.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

11.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **12. DA HOMOLOGAÇÃO**

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021. Portanto, a contratação de cooperativa para este objeto poderia configurar mera intermediação de mão de obra ou "terceirização ilícita", ferindo o regime jurídico das cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012).

## **13. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

13.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE/ VIGÊNCIA CONTRATUAL/ GARANTIA CONTRATUAL**

14.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 15. e 23. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

15.3. O Contrato **poderá ser prorrogado até 60 meses**, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024 e artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos, da



### **23. DA PRESTAÇÃO E CONDIÇÕES DA GARANTIA CONTRATUAL**

**23.1. Não haverá exigência da garantia da contratação** previstas no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

23.1.1. Conforme previsto no Decreto nº 28.874, artigo 42, inciso XXII, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de inadimplemento, entende-se que a exigência de garantia contratual se mostra desnecessária.

23.1.2. Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

23.1.3. Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

(...)

## **15. DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 26. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **26. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS**

26.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

26.2. O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.3. A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138. da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

(...)

## **16. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL**

16.1. Ficam aquelas estabelecidas no item 25. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

### **25. DA REVISÃO, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO**

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e e Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024.

25.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.

25.3. Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

25.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

25.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

25.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

25.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

25.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

25.9. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

25.10. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);

25.11. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

25.12. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro e reajuste se dará em até **30 (trinta) dias**.

25.13. O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 30 (trinta) dias.

25.14. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

25.15. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os documentos elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24.

(...)

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme estabelecido no item 20. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 20. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada por meio de Relatório de Medição (Relatório de medição deverá conter informações do material recebido com registro fotográfico com data e hora do recebimento em consonância com as especificações técnicas do edital) emitido pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

20.1.1. No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

20.1.1.1. Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (**IRRF**) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

20.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto a indicação do número do contrato e da conta bancária da empresa.

20.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) deverão, ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

20.4. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$  I = .....

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

20.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, àquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.7. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha à ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

20.8. Fica instituído a possibilidade de glosa no contrato em caso de sua inadimplência e a rescisão, podendo haver a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

20.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

(...)

## **18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

18.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no item 21. e subitens do Termo de Referência - Anexo ao edital, conforme transcrevemos:

(...)

### **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

21.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

**21.3.1. Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão

aceitas mediante crivo da Administração;

**21.3.2. Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do objeto, conforme o caso;

21.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

**21.3.3. Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do produto, por dia de atraso no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**21.3.4. Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto, pela recusa injustificada em aceitar ou retirar o instrumento contratual, caso em que será caracterizada a inexecução total, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

**21.3.5. Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial;

**21.3.6. Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;

**21.3.7. Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

21.3.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do objeto contratado, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

21.3.9. A multa prevista nos subitens **21.3.2**, **21.3.3** e **21.3.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **21.3.5** e **21.3.6**.

21.4. [As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo legal.

21.5. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

21.7. A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia

05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução total do contrato.	10	10 %
<b>Para os itens a seguir, deixar de :</b>			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

21.9. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

21.10. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

21.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

21.12. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.13. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 21.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

(...)

18.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## 19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Conforme estabelecido no item 18. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes ao objeto deste instrumento devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:

18.2. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

18.3. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

18.4. Fazer acompanhar, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

18.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação para tal;

18.6. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.7. Entregar os dos equipamentos com componentes e acessórios contidos no manual do proprietário.

18.8. Substituir os Módulos Rastreadores em caso de pane, incondicionalmente por um equipamento novo;

18.9. O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento on site.

18.10. Possibilitar acesso do software de monitoramento/rastreamento em computadores deste Departamento;

18.11. Manter sigilo de todas as informações obtidas pelo sistema de monitoramento e rastreamento, sob pena de responsabilidade, bem como, de todo e qualquer assunto de interesse do DER/RO, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

18.12. Reportar-se sobre a execução do contrato, única e exclusivamente ao gestor do contrato;

18.13. Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte;

18.14. Dar plena e total garantia quanto à qualidade do serviço fornecido, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante vigência do contrato;

18.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.16. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.18. A Contratada deverá reparar ou substituir os equipamentos defeituosos dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da notificação;

18.19. Assinar o contrato no prazo de até 5 dias úteis após convocação.

18.20. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.

18.21. Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

18.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

18.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

18.24. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**18.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), ressalvada a dispensa de reserva de cargo para aprendizes para ME/EPP, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006, Art. 51, III](#), conforme a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos do [§3º, Art. 51 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018](#);**

18.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

18.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

18.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

18.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

18.33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18.34. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

18.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18.36. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

(...)

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1. Conforme estabelecido no item 17. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.2. o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

17.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

17.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

17.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

17.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

17.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado



a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

(...)

## 21. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

21.1. Conforme estabelecido no item 24. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

### 24. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E MEDIDAS MITIGADORAS

24.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

#### 24.2. Riscos Ambientais

24.2.1. Os sistemas de monitoramento e rastreamento de veículos podem consumir uma quantidade significativa de energia, especialmente se utilizarem tecnologias de alta demanda.

24.2.2. O uso de veículos e a infraestrutura necessária para o monitoramento podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.

24.2.3. Equipamentos eletrônicos e veículos podem gerar ruído, afetando a qualidade ambiental e a saúde das pessoas próximas.

#### 24.3. Impactos Ambientais

24.3.1. A instalação de infraestrutura para monitoramento pode levar à destruição de habitats naturais.

24.3.2. Equipamentos desatualizados ou danificados podem gerar resíduos eletrônicos, que são difíceis de reciclar e podem ser tóxicos.

24.3.3. A fabricação e operação de equipamentos de monitoramento podem consumir recursos naturais como metais e combustíveis fósseis.

#### 24.4. Medidas Mitigadoras

24.4.1. Adotar tecnologias que consumam menos energia e emitam menos carbono, como sensores de baixa potência e sistemas de energia renovável.

24.4.2. Implementar programas de reciclagem e descarte adequado de equipamentos eletrônicos para minimizar a geração de resíduos.

24.4.3. Realizar estudos de impacto ambiental antes de instalar novas infraestruturas e adotar medidas para proteger ecossistemas locais.

24.4.4. Utilizar sistemas de monitoramento que sejam eficientes em termos de consumo de energia e que possam ser otimizados para reduzir o uso de recursos naturais.

(...)

## 22. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Unidade Gestora**: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - **DER/RO**, conforme estabelecido no item 13. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme transcrevemos:

(...)

### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pela seguinte dotação orçamentária:

I - Unidade Gestora: 11025 / 14011

II - Fonte de Recursos: 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028

III - Programa de Trabalho: 26.782.2106.1386

IV - Natureza de Despesas: 33.90.39

V - Grupo de Programação Financeira: 339

(...)

## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

23.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

23.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

23.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

23.11. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

23.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

23.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

23.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## **24. DOS ANEXOS**

24.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência, Id. (71390634);

**ANEXO II** - Estudo Técnico Preliminar, Id. (70442058);

**ANEXO III** - Análise de Risco (TR);

**ANEXO IV** - Matriz de Risco (TR);

**ANEXO V** - Modelo de Minuta de Contrato, Id. (71389848);

**ANEXO VI** - SAMS, Id. (71237192);

Porto Velho-RO, *data e horário do sistema*.

**GABRIEL ALVES DA SILVA GAMA**

Pregoeiro da Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO

Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026

**Elaborado por:**

**JÉSSICA SARAIVA GUIMARÃES**

Comissão de Tecnologia- COTEC - SUPEL/RO

Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026

**Revisado por:**

**Ayanne Carmencita Ramos Dias**

Membro da Comissão Genérica de Licitação - COGEN4 - SUPEL/RO

Portaria nº 50 de 25 de fevereiro de 2026



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama, Pregoeiro(a)**, em 27/04/2026, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ayanne Carmencita Ramos Dias, Assessor(a)**, em 27/04/2026, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71037846** e o código CRC **966864EA**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0009.007978/2024-06

SEI nº 71037846



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. Unidade Orçamentária: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.  
1.2. Unidade Requisitante: Coordenadoria de Logística.

**2. DA INTRODUÇÃO**

2.1. O presente Termo de Referência fora elaborado com base no Documento de Formalização de Demanda 146 (0062668696) e Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), nos termos da [Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), bem como o [Decreto Estadual n.º 28.874 de 25 de janeiro de 2024](#), e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios listados no artigo 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

**3. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

3.1. **DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com **Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM** - com identificação dos motoristas através “**ibuttons**” compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

3.2. **DAS QUANTITATIVO A SER CONTRATADO:** O quantitativo a ser contratado do objeto fora estimado por meio do documento de Documento de Formalização de Demanda 146 (0062668696) e Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), o qual se resume no quadro a seguir.

**QUADRO 01**

	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO VIA TRANSMISSÃO - (SATELITAL)	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL

<b>GRUPO ÚNICO</b>	01	25410	Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com "Comunicação via satélite com transmissão GSM" com identificação dos motoristas, por meio de ibuttons, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, para veículos do DER-RO, durante o período de 12 meses.	UND	712	8.544
	02	605855	Locação de dispositivos de identificação de condutores (ibuttons) durante o período de 12 meses.	UND	1000	12.000

3.2.1. **DA GARANTIA DOS MATERIAIS:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento no site.

3.3. **DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:** O objeto da pretensa contratação é classificado como **SERVIÇO COMUM** de tecnologia da informação e comunicação (TIC), com fornecimento em comodato de bens e utilização de software homologado, conforme os termos do art. 6º, incisos XIII da Lei nº 14.133/2021. (Conforme, item 5.1. do Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

#### 4. **DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO E DO QUANTITATIVO DO OBJETO**

A justificativa encontra-se no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), Documento de Formalização de Demanda 146 (0062668696) e Justificativa Estimativa da Frota (70175964).

4.1. Os veículos totalizam **712 (setecentos e doze)** e as quantidades estimadas estão baseadas em veículos e maquinários ativos no sistema de abastecimento em vigência neste Departamento, bem como o número de **(1000) mil ibuttons** que visam atender o número de motoristas existentes no DER:

4.2. O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia possui em seu acervo patrimonial (712) veículos e maquinários, devidamente registrados e relacionados (em operação) que necessitam de instalação de módulos rastreadores, conforme demonstrado nas Planilhas de Itens 22, 23 e 24 do Estudo técnico preliminar, que deverão ser instalados módulos rastreadores via satélite com transmissão GSM. Os referidos bens estão em operação nas diversas Residências Regionais e Usinas do DER-RO, sendo utilizados nas atividades de manutenção, conservação e construção de infraestrutura viária no âmbito do Estado de Rondônia, conforme suas respectivas finalidades operacionais.

4.3. A Coordenadoria de Logística do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia, terá a responsabilidade de fiscalizar a operacionalidade do serviço de rastreamento veicular prestado pela empresa contratada. Essa atribuição tem como objetivo garantir a fiscalização contínua, objetivando a transparência, a qualidade dos serviços e a proteção do patrimônio público, assegurando que a empresa contratada atue em conformidade com os padrões técnicos exigidos.

4.4. A contratação será classificada sob o CATSER 852/25410 e **CATSER 605855**, Serviços de rastreamento e monitoramento de veículos, com tecnologia de geolocalização (GPS ou similar) e Locação de dispositivos de identificação de condutores (Ibotttons) conforme tabela de classificação de serviços instituída pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). O código 852/25410 e **605855** não apenas reflete a natureza técnica do objeto, como também está alinhado com o objetivo estratégico da contratação, que é garantir maior segurança, controle e eficiência na gestão da frota de veículos institucionais.

4.5. Os veículos totalizam **712 (setecentos e doze)** e as quantidades estimadas estão baseadas em veículos e maquinários ativos no sistema de abastecimento de frota em vigência neste Departamento, bem como o número de **(1000) mil Ibuttons** que visam atender o número de motoristas existentes no Departamento, desse modo esse quantitativo referente à um mês de serviço, para tanto considerar-se-á para **12 meses**, os quais são estimados a seguir:

GRUPO	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO VIA TRANSMISSÃO - (SATELITAL)	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL
1	01	852/25410	Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com "comunicação via satélite com transmissão GSM", com identificação dos motoristas através de Ibuttons, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, para veículos do DER-RO, durante o período de 12 meses.	UND	712	8.544
	02	605855	Locação de dispositivos de identificação de condutores (Ibuttons), durante o período de 12 meses.	UND	1000	12.000

4.6. Tendo em vista que o objeto do certame consiste na contratação de um serviço único e indivisível, não se configura viável o fracionamento da licitação por item. Assim, a contratação será estruturada sob a forma de um único grupo, composto por dois itens interdependentes. Tal medida justifica-se pela necessidade de assegurar a coerência e a integridade do objeto contratado, evitando-se a eventual adjudicação a fornecedores distintos, o que poderia acarretar incompatibilidades operacionais e comprometer a eficiência e a eficácia da prestação do serviço especializado de rastreamento e monitoramento.

5. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

5.1. Os equipamentos instalados nos veículos e maquinários, deverão possuir no mínimo as configurações a seguir:

5.2. **MÓDULO RASTREADOR:**

a) Receptor de sinal GPS - comunicação Satelital que viabilize um erro médio de deslocamento de no máximo 20 (vinte) metros, exceto em casos fortuitos, cujas responsabilidades não sejam de competência da Contratada;

b) Memória embarcada (cartão SD) de no mínimo 2GB para gravação em áreas off-line, devendo gravar no mínimo 60 (sessenta) dias;

c) Idioma em português.

d) O sistema de comunicação deve ter capacidade para transmitir os dados obtidos pelo Módulo de Identificação e Localização (posição do veículo, horário e prefixo);

e) O sistema de comunicação deve ter sua homologação expedida pelo órgão regulador de telecomunicações – ANATEL;

f) O sistema de comunicação deve disponibilizar dados de forma segura para servidores externos a fim de integração com aplicativos de gerenciamento, monitoramento e controle;

g) Os equipamentos devem ser postos em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A colocação dos equipamentos deve ser feita de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários.

5.3. **DO SISTEMA DE RASTREAMENTO**

5.3.1. O sistema de rastreamento deverá permitir o gerenciamento e o controle relacionado à utilização dos veículos de propriedade do DER, garantindo no mínimo recursos para:

a) Permitir a identificação de cada veículo;

b) Permitir a identificação do deslocamento (local de início e término) efetuado por cada veículo, com a identificação de pontos dos caminhos percorridos/ rastreamento de rotas;

c) Permitir a identificação da data e dos horários do início e término de cada trecho percorrido, por deslocamento efetuado;

d) Permitir a identificação das distâncias percorridas por cada veículo/deslocamento efetuado/trecho percorrido;

e) Permitir a extração da quilometragem (hodômetro) absoluta do veículo.

#### 5.4. DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E CONTROLE

5.4.1. O monitoramento será via WEB. O sistema deverá atender no mínimo os seguintes requisitos:

a) Web site seguro (https);

b) Acesso via login e senha;

c) Visualização de veículo(s) em mapas e imagens geo referenciadas, que possibilitem a identificação da rua, avenidas e imagens via satélite;

d) Serviço disponível 24 horas;

e) As informações sobre as posições dos veículos deverão ser enviadas ao servidor da Contratada (Central de monitoramento) pelo menos a cada 05 (cinco) minutos sendo permitido o uso de conexão GSM Satelital;

f) Armazenamento dos dados por no mínimo 365 dias;

g) Permite visualização de veículo ou grupo de veículos no mapa;

h) Permite filtros por velocidade ou tempo;

i) Permite envio de e-mail por excesso de velocidade, uso fora do horário de expediente e/ou fim de semanas/feriados e veículo ligado e parado por mais de 05 (cinco) minutos;

j) Possuir relatórios gerenciais do veículo de no mínimo com os dados de: tempo de funcionamento do motor; velocidade média, velocidade máxima; paradas; posição atual; posições anteriores; distâncias percorridas; leitura do hodômetro;

k) Manutenção preventiva;

l) Controla: tempo de funcionamento do motor; velocidade média, velocidade máxima; paradas; posição atual; posições anteriores; distâncias percorridas; leitura do hodômetro.

#### 5.5. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS EQUIPAMENTOS

5.5.1. Os equipamentos deverão possuir garantia contra falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período contratual;

5.5.2. A Contratada deverá reparar ou substituir os equipamentos defeituosos **dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da notificação;**

5.5.3. Para os reparos ou substituições dos equipamentos, a empresa Contratada deverá disponibilizar equipe própria de técnicos para a execução dos serviços;

5.5.4. Os custos de manutenção deverão ser arcados pela Contratada;

5.5.5. No caso de violação ou danificação dos equipamentos causados pela Contratante, o custo de aquisição e instalação dos equipamentos poderá ser cobrados pela Contratada.

### 6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A justificativa encontra-se no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

6.1. Em regra, as contratações deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, conforme art. 40, inciso V, alínea procedendo-se à licitação com b, da Lei nº 14.133, de 2021, vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

6.2. Tal entendimento encontra respaldo na Súmula 247 do TCU, que infere que a admissão da adjudicação por item é obrigatória às licitações, “desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo”.

6.3. Ocorre que o raciocínio de adjudicação por itens não deve ser levado a termos absolutos, pois a divisão da pretensão contratual, em alguns casos, pode gerar outros custos relacionados aos diversos contratos, além de potencializar riscos e dificuldades na gestão de uma pluralidade de contratos autônomos para atendimento da mesma pretensão contratual.

6.4. O parcelamento em item não será adotado, pois trata-se de um serviço de gestão de contratos, que será adquirido de um único fornecedor, considerando que a contratação de um único fornecedor garante uma coordenação mais eficaz entre as atividades de manutenção preventiva e corretiva, resultando em respostas

rápidas e soluções integradas para problemas.

6.5. Considerando que o objeto da presente contratação se refere à prestação de serviço especializado de rastreamento e monitoramento veicular, de natureza indivisível e com funcionalidades interdependentes, entende-se não ser tecnicamente viável o fracionamento da licitação por item. A contratação será, portanto, estruturada sob a forma de **GRUPO ÚNICO**, composto por dois itens complementares, cuja execução integrada é imprescindível para garantir a eficiência, a eficácia e a continuidade do serviço a ser prestado. Ressalta-se que eventual adjudicação desses itens de forma separada poderia gerar incompatibilidades operacionais, dificultar a gestão contratual e comprometer o atingimento dos objetivos da Administração, o que desvirtua a finalidade pública da contratação. A adoção do agrupamento encontra respaldo no princípio da vantajosidade previsto no caput do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

## 7. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

Justificativa no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

7.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto do artigo 15 e 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como inciso V do artigo 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se que:

7.2. **Fica VEDADA** a participação de empresas sob a forma de CONSÓRCIO e COOPERATIVAS, tendo em vista o objeto da licitação não ser de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa, portanto, não é o caso da aplicação do artigo 15 da Lei Federal 14.133/2021.

7.3. A participação por meio de consórcio poderia fragmentar a execução e dificultar o gerenciamento dos veículos e das responsabilidades contratuais. portanto, de **solução tecnológica integrada (hardware + software + telecomunicação + suporte técnico)**, que exige: interoperabilidade plena entre os participantes; padronização; Centralização da base de dados e da gestão da frota.

7.4. Eventuais conflitos internos entre os membros do consórcio quanto à divisão de custos ou manutenção da infraestrutura tecnológica podem comprometer a continuidade do serviço, essencial para a segurança do patrimônio público estadual.

7.5. Sob a ótica dos princípios da eficiência e interesse público do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a admissão de consórcios pode gerar, descontinuidade do serviço por conflitos entre consorciadas, falhas na integração tecnológica (impactando rastreamento em tempo real), aumento de custos indiretos de gestão e fiscalização;

7.6. O mercado de rastreamento e monitoramento veicular é maduro e extremamente competitivo, contando com inúmeras empresas de diferentes portes capazes de atender integralmente às exigências do edital de forma isolada. A permissão de consórcios, em um mercado com oferta abundante, poderia, inversamente, reduzir a competitividade, permitindo que grandes fornecedores se unam para dominar o certame, em vez de competirem entre si

7.7. A vedação de cooperativas justifica-se pela incompatibilidade entre o modelo societário cooperativista e a exigência de licenças da ANATEL, infraestrutura própria, servidores de dados e tecnologia proprietária ou licenciada. Tais ativos são, por natureza, patrimônio de empresas comerciais especializadas, e não bens compartilhados por cooperados para o exercício de suas profissões individuais.

7.8. Com base Súmula 281 do TCU a vedação é legítima, a "Súmula 281 do TCU: É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver **necessidade de subordinação jurídica** entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e **habitualidade**." Na presente caso, verifica-se a habitualidade diária de rastreio em tempo real 24/7, sendo suporte ou e operação funcionando continuamente, sem interrupções, incluindo fins de semana e feriados.

7.9. Portanto, a contratação de cooperativa para este objeto poderia configurar mera intermediação de mão de obra ou "terceirização ilícita", ferindo o regime jurídico das cooperativas de trabalho (Lei nº 12.690/2012).

## 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. **FICA VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO**, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual,



bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Estas razões podem ser detalhadas como segue:

8.2. A empresa contratada foi selecionada com base em critérios específicos de competência técnica, capacidade operacional e histórico de desempenho. A subcontratação pode comprometer esses critérios, uma vez que a empresa subcontratada pode não possuir o mesmo nível de qualificação e expertise. Assim, a vedação assegura que o serviço ou produto final mantenha a qualidade esperada conforme estabelecido no contrato inicial.

8.3. Ao proibir a subcontratação, garante-se que a empresa contratada mantenha a responsabilidade direta e integral sobre a execução do contrato. Isso facilita a fiscalização e o controle por parte do contratante, permitindo uma gestão mais eficaz e rápida resolução de problemas. A dispersão da responsabilidade em diferentes entidades pode dificultar a identificação de falhas e a adoção de medidas corretivas.

8.4. A subcontratação pode abrir brechas para práticas antiéticas, como superfaturamento e conluíus entre empresas. A vedação minimiza esses riscos, promovendo um ambiente de maior transparência e honestidade nas relações contratuais. Ademais, a cessão ou transferência do objeto contratual pode envolver interesses alheios aos objetivos do contrato original, colocando em risco a lisura do processo.

8.5. A vedação assegura que o contrato se mantenha fiel às condições iniciais acordadas, evitando alterações que possam gerar disputas jurídicas. A fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada pode resultar em mudanças significativas na estrutura e operação da empresa, criando incertezas jurídicas e administrativas. A manutenção do contrato na sua forma original proporciona maior segurança jurídica para ambas as partes envolvidas.

8.6. A execução direta do objeto contratual pela empresa selecionada evita atrasos e problemas logísticos que podem surgir com a subcontratação. A coordenação entre várias empresas pode introduzir complexidades desnecessárias e dificultar o cumprimento dos prazos estipulados, comprometendo a eficiência operacional do contrato.

8.7. A vedação da subcontratação pode contribuir para um melhor controle dos custos, evitando margens adicionais que seriam aplicadas pela empresa subcontratada. Dessa forma, os recursos financeiros são utilizados de maneira mais eficiente, garantindo que o contratante obtenha o melhor retorno possível sobre o investimento realizado.

8.8. A vedação da subcontratação, cessão, transferência, fusão, cisão ou incorporação busca proteger os interesses do contratante, assegurando a qualidade, a responsabilidade, a transparência, a segurança jurídica, a eficiência operacional e o custo-benefício do contrato. Essas medidas são essenciais para garantir que o objeto contratual seja executado conforme os padrões esperados e dentro dos parâmetros estabelecidos no processo.

## **9. DA RESERVA DE COTA PARA MICROEMPRESAS(ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)**

Justificado no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

9.1. Considerando a complexidade, o valor estimado da presente contratação, inviabilidade técnica e econômica de dividir o objeto, e o prejuízo da divisibilidade para o conjunto do objeto, **NÃO se aplicará** a reserva de cota para ME/EPP, devido a solução exigir um sistema único para garantir a eficiência, interoperabilidade e segurança dos dados. Dividir a contratação entre diferentes fornecedores pode resultar em sistemas incompatíveis, falhas na comunicação e lacunas na cobertura, além disso, deve manter padronização dos equipamentos e do software de gerenciamento (que é oferecido em comodato) e locação de PIN é crucial para a uniformidade do serviço e a facilidade de uso para a equipe da Administração, desse modo o Art. 8º do Decreto Estadual 21.675/2017, regulamente aplicação para aquisição "bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto (...)", o que não ocorre na presente contratação.

9.2. Ressalte-se que a adoção dessa reserva não se apresenta vantajosa para a administração pública e pode ocasionar prejuízos ao objeto tratado no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058).

## **10. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **10.1. DA PLATAFORMA WEB**

10.1.1. Disponibilizar e instalar os equipamentos embarcados, bem como acesso ao software de monitoramento e rastreamento que atenda a todos os requisitos técnicos e operacionais descritos neste Estudo Técnico, de forma gratuita via web (internet) em Web Site Seguro (https);

10.1.2. Acesso à plataforma de rastreamento em navegadores como Google Chrome, Firefox, Edge, entre outros, com credenciais de login e senha criptografados;

- 10.1.3. O software deverá ser nativo para plataforma Web e identificar equipamentos não cadastrados no sistema e que requisitem conexão nos servidores de rastreamento;
- 10.1.4. Disponibilização de software de gerenciamento com fornecimento de licença de uso;
- 10.1.5. Cadastramento ilimitado de usuários com diferentes níveis de acesso;
- 10.1.6. Instalação, configuração, capacitação e suporte técnico do software;
- 10.1.7. Garantia de funcionamento e substituição de equipamentos defeituosos;
- 10.1.8. Treinamento dos usuários;
- 10.1.9. Suporte técnico especializado para garantia de funcionamento.
- 10.2. **DA SOFTWARE DE MONITORAMENTO E RASTREAMENTO**
- 10.2.1. Os equipamentos utilizados deverão possuir homologação vigente na ANATEL;
- 10.2.2. Identificação do motorista por ibutton, o qual deverá ter material resistente e durável, sendo este de uso pessoal e intransferível, a ser fornecido pela Contratada;
- 10.2.3. Instalação de rastreadores em comodato;
- 10.2.4. Bloqueio e desbloqueio de veículos por meio da plataforma web, feito pelo usuário administrador;
- 10.2.5. Arcar com despesas de deslocamento e hospedagem de seus funcionários e representantes envolvidos nos serviços necessários à execução contratual, bem como o fornecimento de todos os materiais necessários ao funcionamento dos produtos e serviços e de transmissão de dados;
- 10.2.6. Comunicação via Satélite (Global Positioning System - GPS);
- 10.2.7. Comunicação frequente (mínimo minuto a minuto em movimento);
- 10.2.8. Controle de histórico de trabalho dos motoristas e rotas realizadas pelos mesmos;
- 10.2.9. Armazenamento de dados por no mínimo 36 meses;
- 10.2.10. Controle de manutenção preventiva por veículo, com envio de alerta por quilometragem ou hora e data limite, com envio por e-mail ou via sistema;
- 10.2.11. Criação e gerenciamento de cercas eletrônicas, como áreas de inclusão (onde os veículos deverão circular obrigatoriamente) ou áreas de exclusão (onde os veículos não poderão entrar), com configuração de alerta;
- 10.2.12. Bateria backup e memória de armazenamento de posições;
- 10.2.13. Base do mapa do Google, shape file a ser fornecido pelo DER contendo todas as rodovias de responsabilidades desta Autarquia e outras bases de mapas adicionais;
- 10.2.14. Visualização de informações dos veículos, identificados por placa, posição atual (latitude e longitude) com possibilidade de visualização no mapa do Google, data e hora da posição, controle de velocidade e quilômetros rodados por veículo, status da ignição ligada/desligada e ligada/parada, visualização do endereço da posição, com hodômetro e horímetro;
- 10.2.15. Identificação em tempo real do motorista condutor;
- 10.2.16. Visualização de todos os veículos em uma única tela;
- 10.2.17. Consulta de históricos de trajetos e alertas;
- 10.2.18. Permitir a consulta de eventos de utilização de veículo em horário indevido, gerando alertas sempre que o veículo for utilizado em horário não programado no sistema;
- 10.2.19. Suporte para alertas gerais, como paradas não autorizadas e excesso de velocidade;
- 10.2.20. Permitir consulta através de relatórios de tempo parado e deslocamento por motorista, identificando os veículos utilizados;
- 10.2.21. Permitir a consulta através de relatório de utilização do veículo, onde possa ser verificada quilometragem percorrida por veículo em determinado período, qual o tempo em deslocamento e parado, informando localização de origem e de destino;
- 10.2.22. Monitoramento, localização e acesso às informações do veículo on-line, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em tempo real;
- 10.2.23. Permitir consultas e emissão de relatórios baseados nos dados disponíveis no banco de dados;

- 10.2.24. Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamentos a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;
- 10.2.25. Os Módulos AVL deverão vir pré-configurados com cerca eletrônica ativada na divisa entre o Estado de Rondônia, efetuando o bloqueio automático do motor do veículo por meio de corte da ignição do motor ou combustível, em todas as ocorrências que algum veículo do DER/RO ultrapassar a cerca eletrônica sentido Estado de Rondônia;
- 10.2.26. Demonstrar a quilometragem realizada pela frota utilizando-se da tecnologia de aferição (telemetria), apresentando a distância percorrida pelo veículo em um período pré-definido pelo DER;
- 10.2.27. Demonstrar a velocidade média realizada pela frota do DER, apresentando a velocidade média praticada pelo veículo durante o trajeto;
- 10.2.28. Possibilitar a localização da frota do DER/RO por meio do mapa digital georeferenciado, com margem de erro máxima de 5 (cinco) metros, possibilitando acionamento da central de monitoramento e rastreamento para tomada de atitudes, visando salvaguardar o patrimônio, membros e servidores transportados;
- 10.2.29. Possibilitar o controle de velocidade da frota do DER/RO em vias urbanas, estaduais e federais, permitindo o envio de alertas automáticos dos excessos de velocidade praticados no veículo, no exato momento que a velocidade limite estipulada pelo DER/RO for ultrapassada. O gestor deverá receber estas informações via e-mail ou por sistema;
- 10.2.30. Identificação do estado dos veículos visualmente com uma cor para cada estado definido pelo DER/RO;
- 10.2.31. Utilização de ponto de referência;
- 10.2.32. Consultas nos mapas utilizados pela ferramenta, facilitando a localização de itens no mapa, como bairros, ruas, linhas, vicinais, etc;
- 10.2.33. Medição de distância entre dois pontos;
- 10.2.34. Agendamento do envio de comandos para os equipamentos, tais como requisição de posição;
- 10.2.35. Definição de filtros, de acordo com condições aplicáveis às informações registradas pelo sistema;
- 10.2.36. Atualização automática da posição das viaturas no mapa;
- 10.2.37. Visualização individual, parcial e global de todas as viaturas no mapa;
- 10.2.38. Visualização do histórico do trajeto feito pelo veículo;
- 10.2.39. Visualização de vários trajetos simultaneamente;
- 10.2.40. Possibilidade de navegação em diversos níveis de zoom, bem como visão do mapa, satélite e híbrido;
- 10.2.41. Possibilidade de visualização total ou parcial da rota pesquisada;
- 10.2.42. Possibilitar que o usuário administrador do DER faça o bloqueio remoto do veículo através do corte da ignição do motor ou combustível, observando as condições de segurança, de modo a não causar acidentes de trânsito, utilizando-se a tecnologia de bloqueador do tipo temporizado, com no mínimo 30 segundos para bloqueio total intercalado;
- 10.2.43. Permitir o atendimento de situações de emergência por meio de botão de pânico com funcionalidade customizável;
- 10.2.44. Oferecer o serviço de cadastramento de eventos configuráveis de pontos ou rotas preestabelecidas pelo DER/RO, para análise de atraso, adiantamento ou descumprimento, capaz de enviar alertas automáticos no exato momento que o veículo monitorado realizar a violação. O gestor da frota deverá receber estas informações via e-mail;
- 10.2.45. Possibilitar o envio simultâneo de comandos para um veículo, grupo de veículos ou toda a frota;
- 10.2.46. Possibilitar o histórico do trajeto e estado do veículo de um período mínimo de 02 (dois) anos anteriores a última atualização do sistema;
- 10.2.47. Permitir a suspensão do serviço de monitoramento e rastreamento para veículos fora de operação ou eventualmente sinistrados, até o pleno restabelecimento das condições de circulação do veículo;
- 10.2.48. Possibilitar o alerta de veículo parado no sistema, quando este for superior a 05 (cinco) dias;

10.2.49. Atualizar a posição dos veículos da frota, com intervalo máximo de 03 (três minutos), por mudança de direção e distância percorrida;

10.2.50. Todas as tecnologias envolvidas, incluindo CHIP serão por conta da Contratada.

### 10.3. **DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS**

10.3.1. Exportação de relatórios em vários formatos, como pdf, excel, csv;

10.3.2. Permitir a emissão e visualização na tela e impressão de, pelo menos, os seguintes relatórios gerenciais, por período, veículo ou combinação:

10.3.3. Tempo de motor ligado X tempo de motor desligado;

10.3.4. Tempo de motor ligado X veículo parado;

10.3.5. Velocidade média;

10.3.6. Velocidade máxima realizada;

10.3.7. Velocidade máxima realizada X velocidade máxima permitida no sistema;

10.3.8. Quilometragem percorrida;

10.3.9. Quilometragem das rotas;

10.3.10. Acompanhamento da pontualidade das rotas, informando o horário previsto das partidas X realizado das partidas;

10.3.11. Acompanhamento das rotas, indicando horário/percurso realizado do veículo X horário/percurso programado do veículo;

10.3.12. Histórico de localização do veículo;

10.3.13. Pontos de referência e ou interesse programados;

10.3.14. Cercas eletrônicas ativadas;

10.3.15. Cercas eletrônicas ativadas X veículos que ultrapassaram os limites programados na cerca eletrônica;

10.3.16. Tempo médio de percurso;

10.3.17. Tempo do percurso realizado X tempo do percurso programado.

10.3.18. Possibilitar a customização da formatação das consultas e relatórios caso a apresentação dos dados sejam considerados insatisfatório pelo DER;

10.3.19. Não fragmentar a emissão do relatório em arquivos divididos, ou seja, a cada relatório a ser emitido apenas 01 (um) arquivo será fornecido ao usuário, seja ele pdf, excel ou csv;

10.3.20. Em caso de ausência de dados por problemas técnicos, deverá ser emitido no relatório tal informação com a mensagem: erro ou falha no sistema;

10.3.21. Possibilitar a emissão de relatório identificando os grupos de veículos em rotas por período determinado;

10.3.22. Os relatórios deverão ser emitidos em ordem cronológica, respeitando as datas e horários do período selecionado.

### 10.4. **DOS RASTREADORES**

10.4.1. Localização via satélite por GPS;

10.4.2. Comunicação por via satélite GPS;

10.4.3. Alertas para procedimentos pré-determinados;

10.4.4. Compactos e sigilosos;

10.4.5. Possuir antena interna;

10.4.6. Bateria própria, não sendo permitida a instalação de outra bateria para o veículo;

10.4.7. Resistência à água e poeira;

10.4.8. Homologado pela ANATEL;

10.4.9. Facilidade de instalação;

- 10.4.10. Suporte para diversas funcionalidades, como controle de velocidade e quilômetros rodados;
- 10.4.11. A alimentação de energia elétrica deve ser feita por meio de uma conexão direta à bateria, não sendo admitidas derivações a partir do sistema elétrico do veículo. Deve ser protegida por fusível devidamente dimensionado para o modelo do equipamento ofertado;
- 10.4.12. A fiação elétrica deve ser protegida por meio de chicotes ou conduítes. Não deve permitir a entrada de fluidos para dentro do habitáculo do veículo;
- 10.4.13. Os equipamentos devem ser postos em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A colocação dos equipamentos deve ser feita de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários;
- 10.4.14. É vetada a colocação dos equipamentos sob os carpetes e/ou sob os isolamentos.
- 10.5. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO/PRAZO DE ENTREGA:**
- 10.5.1. A execução do serviço especializado de rastreamento veicular via satélite, a ser realizada pela empresa vencedora do certame licitatório, estará condicionada ao cumprimento das seguintes etapas prévias:
- 10.5.1.1. Emissão prévia da Nota de Empenho;
- 10.5.1.2. Formalização do contrato administrativo mediante assinatura pelas partes envolvidas;
- 10.5.1.3. Expedição subsequente da Ordem de Serviço.
- 10.5.1.4. A prestação do serviço somente poderá iniciar após o atendimento integral dessas condições.
- 10.5.1.5. A entrega do objeto deverá ser realizada em **até 30 (trinta) dias**, a contar do recebimento, da ordem de serviço, condicionado a prévia emissão da nota de empenho e assinatura do contrato emitido pela PGE/DER-RO.
- 10.5.2. Em caso de impossibilidade de entrega do serviço dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, a empresa contratada deverá comunicar formalmente as razões que justificam o atraso, com **antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista para conclusão**. Tal comunicação é imprescindível para a análise de qualquer pleito de prorrogação do prazo contratual.
- 10.5.3. Excepcionalmente, situações decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas para flexibilização do prazo, mediante comprovação adequada e conforme análise da autoridade competente.
- 10.6. **LOCAL E ENDEREÇOS DE INSTALAÇÃO DOS RASTREADORES NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS:**
- 10.7. O horário de funcionamento da Residência Regional e Usina de Asfalto para instalação dos rastreadores é de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00**.
- 10.8. A instalação dos Rastreadores nos veículos será nas Residências Regionais e Usinas de Asfalto do DER/RO, nos Municípios conforme abaixo:

ITEM	MUNICÍPIO	RESIDÊNCIA/USINA	ENDEREÇO
01	COLORADO DO OESTE/RO	1 RR COLORADO DO OESTE	Rua Amapá, nº 5329, Bairro São José. CEP 76.993-970
02	ARIQUEMES/RO	2 RR ARIQUEMES	Rua Vimberê, nº 2188, Setor 04. CEP 76.873-463
03	OURO PRETO DO OESTE/RO	3 RR OURO PRETO	Rua: Buraqueiro, s/nº, Setor Industrial. CEP 76-920-000
04	CACOAL/RO	4 RR CACOAL	Rua Rondônia, nº 1078, Bairro Ingra. CEP 76.965-872
05	ROLIM DE MOURA/RO	5 RR ROLIM DE MOURA	Av Sete de Setembro, nº 5490, Bairro Boa Esperança. CEP 76.940-000
06	MACHADINHO DO OESTE/RO	6 RR MACHADINHO DO OESTE	RO 133, nº 4041. CEP: 76.868-000
07	ALVORARAD DO OESTE/RO	7 RR ALVORADA DO OESTE	Av Independência s/nº, Bairro Alto Alegre. CEP 76.930-000
08	JI-PARANÁ/RO	8 RR JI-PARANA	BR 364 – KM 08, Setor Rural. CEP 76.900-000
09	VILHENA/RO	9 RR VILHENA	Av Jo Sato, nº 1280, Bairro Bela Vista
10	PIMENTA BUENO/RO	11 RR PIMENTA BUENO	Rua Rui Barbosa, nº 250, Beira Rio. CEP 76.970-970
11	JARU/RO	12 RR JARU	Rua Tapajós, nº 3963, Setor 02. CEP 76.890-000
12	PORTO VELHO/RO	13 RR PORTO VELHO	Rua Antônio Lacerda, nº 4168, Setor Industrial. CEP 76.821-038

13	EXTREMA/RO	14 RR DE EXTREMA	Br 364, Km 1042, Distrito de Extrema
14	BURITIS	15 RR BURITIS	Av. Ayrton Sena, nº 3766, Setor Industrial. CEP 76.880-000
15	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO	16 RR SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Rua Dom João, nº 3436, Bairro Cidade Baixa
16	ARIQUEMES/RO	USINA DE ARIQUEMES	RO 257 KM 03, s/n, Zona Rural Saída para Machadinho d'Oeste
17	JI-PARANÁ/RO	USINA DE JI PARANA	Av Edson Lima, nº 3835, Bairro Jorge Teixeira
18	ROLIM DE MOURA/RO	USINA DE ROLIM DE MOURA	Av Morumbi, s/n, Esquina c/ Parnaíba
19	JARU/RO	USINA DE JARU	RO 463 (Pátio da Coaja) Bairro Zona Rural
20	VILHENA/RO	USINA DE VILHENA	Setor 13, Quadra 07, Lote 01
21	CACOAL/RO	USINA DE CACOAL	Lote 31, Linha 04 - Gleba, Setor Prosperidade

#### 10.9. DO RECEBIMENTO:

10.10. Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) Os bens serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

a.1) Assim que o serviço for acompanhado e fiscalizado, a pessoa responsável tem até 10 dias para avaliar se as exigências técnicas estão sendo cumpridas. Essa avaliação é registrada em um documento detalhado (termo), que comprova que o serviço está conforme o contrato, mesmo que ainda não esteja concluído definitivamente.

b ) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

b.1) Após a conclusão completa do serviço, outro prazo de até 10 dias é destinado para uma avaliação final. Essa análise é feita por um servidor ou comissão designada, que verifica se todas as condições do contrato foram atendidas. O resultado também é registrado em termo detalhado.

10.10.1. **Rejeição do Serviço:** Se, em qualquer momento, for constatado que o serviço não atende às especificações técnicas ou contratuais — seja total ou parcialmente — a empresa contratada deve corrigir as falhas em até 72H úteis da notificação, custeando a correção. Caso contrário, podem ser aplicadas penalidades previstas no contrato.

10.10.2. **Prorrogação do Prazo para Recebimento Definitivo:** Se for necessário realizar verificações adicionais para garantir o cumprimento do contrato, o prazo para o recebimento definitivo pode ser prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa formal.

10.10.3. **Divergências e Pagamentos Parciais:** Se houver dúvidas ou divergências sobre a quantidade, qualidade ou outras características do serviço, a administração deve seguir as regras do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021. Nessa situação, a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal apenas sobre a parte do serviço que não está em disputa, permitindo o pagamento parcial.

10.10.4. **Correções e Saneamento de Documentos:** O tempo que a empresa levar para corrigir erros no serviço ou na documentação (como a Nota Fiscal) durante a análise de pagamento não será contado no prazo para o recebimento definitivo.

10.10.5. **Responsabilidades Após o Recebimento:** Mesmo após o recebimento provisório ou definitivo, a empresa continua responsável pela qualidade, segurança e eficiência do serviço prestado, assim como pelo cumprimento das obrigações ético-profissionais previstas no contrato.

10.10.6. O objeto da contratação poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

10.10.7. **O recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.10.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

10.10.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

10.10.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

10.10.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 10.11. **MODO DE FISCALIZAÇÃO:**

10.11.1. A fiscalização será feita por servidores designados pelo DER-RO, que atuarão como fiscais do contrato.

10.11.2. O próprio sistema de rastreamento via web, será usado como ferramenta de fiscalização, permitindo o monitoramento em tempo real dos veículos, identificação de motoristas e extração de relatórios.

10.11.3. A contratada deverá enviar relatórios mensais de desempenho, com informações sobre disponibilidade do sistema, falhas e atendimentos técnicos.

10.11.4. Poderão ser realizadas verificações técnicas em campo, testes nos rastreadores e conferência de equipamentos instalados.

10.11.5. A fiscalização acompanhará também os cumprimentos dos prazos de manutenção e suporte técnico, previstos em contrato.

10.11.6. Não conformidades poderão gerar advertências ou penalidades, conforme as regras contratuais.

10.11.7. A fiscalização será contínua, técnica e digital, baseada no acompanhamento do sistema e no desempenho da empresa, conforme os Arts. 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024 Art. 2º VII, VIII, IX e CAPÍTULO II, Seções VII e VIII.

#### 10.12. **ADOÇÃO DE JUÍZO ARBITRAL**

10.12.1. Em virtude de não se tratar de objeto complexo, podendo serem solucionados em conformidade com as cláusulas previstas no certame, não será adotado o juízo arbitral no presente processo, o que poderia ocasionar um processo arbitral custoso e complexo, em desacordo com os princípios da eficiência e proporcionalidade que regem a Administração Pública.

### 11. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

#### 11.1. **Garantia:**

11.1.1. Os equipamentos (rastreador via satélite) fornecidos em comodato devem ter garantia total durante toda a vigência do contrato.

11.1.2. A empresa deve substituir imediatamente qualquer equipamento com defeito, sem custos ao DER-RO.

11.1.3. Os serviços de rastreamento e software devem funcionar continuamente, sob pena de penalidade.

#### 11.2. **Manutenção:**

11.2.1. A contratada será responsável por manutenção corretiva e preventiva, incluindo atualizações e substituições.

11.2.2. O prazo de atendimento técnico é de até 24 horas úteis e substituições em até 72 horas úteis da notificação.

11.2.3. Atualizações do software devem ser fornecidas sem custo adicional.

#### 11.3. **Assistência Técnica:**

11.3.1. Suporte técnico deve ser oferecido por telefone, e-mail e sistema de chamados.

11.3.2. Atendimento deve ocorrer em horário comercial, podendo haver plantão 24h se exigido.

11.3.3. A contratada deve manter equipe técnica qualificada para suporte, instalação e orientações.

## 12. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

12.1. A presente estimativa tem como objetivo subsidiar o processo de contratação de empresa especializada na prestação de serviço de rastreamento e monitoramento de veículos com comunicação via satélite com transmissão GSM, integrando ainda a identificação dos motoristas por IButtons, conforme demanda do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia – DER-RO.

12.2. A contratação contempla a instalação, em regime de comodato, de 712 módulos rastreadores em veículos e máquinas pertencentes à frota institucional, bem como a disponibilização de sistema de gerenciamento com acesso remoto via plataforma Web, devidamente homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, além da locação dos dispositivos de identificação de condutores (Ibuttons). O prazo previsto para execução contratual será de 12 (doze) meses, ao custo anual de **R\$ 1.167.750,72 (um milhão, cento e sessenta e sete mil setecentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos), com base no Quadro Comparativo.**

12.3. O valor estimado da contratação, fundamenta-se na pesquisa de preços realizada a partir de contratações anteriores realizadas pela administração pública, Ata de Registro de Preços, Plataforma Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Banco de Preços, conforme quadro comparativa, bem como no Processo Administrativo nº 0015.006058/2023-01, no Pregão Eletrônico nº 524/2023/SUPEL/RO e no Termo de Contrato nº 1250/2024/PGE-IDARON, celebrado entre a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON-RO e empresa prestadora do mesmo serviço, cuja solução tecnológica atende integralmente aos requisitos técnicos demandados pelo DER-RO.

12.4. Ressalta-se que a solução técnica requerida envolve tecnologia de alto desempenho, baseada em comunicação via satélite com transmissão complementar pela rede GSM, a qual proporciona cobertura nacional irrestrita, inclusive em regiões remotas ou de difícil acesso, onde as redes convencionais de telefonia móvel ou radiofrequência apresentam instabilidade ou inexistência de sinal. Tal especificação visa assegurar a confiabilidade, a disponibilidade contínua e a precisão do monitoramento dos ativos públicos.

12.5. Dada a complexidade e robustez dessa tecnologia, seu custo é consideravelmente superior às soluções convencionais de rastreamento baseadas em GPRS, 3G/4G ou radiofrequência, em virtude da necessidade de infraestrutura específica, licenciamento de softwares embarcados, contratos com operadoras satelitais, equipamentos de elevada capacidade tecnológica e suporte técnico especializado. Em função disso, sua aplicação é usualmente restrita a segmentos de mercado que demandam monitoramento contínuo de alto risco ou em áreas de baixa conectividade, como transporte de valores, operações de segurança, logística de cargas críticas, zonas rurais e ações governamentais.

12.6. Dessa forma, a oferta de fornecedores aptos a atender integralmente às exigências técnicas do objeto contratual é reduzida no mercado nacional, constituindo um nicho altamente especializado.

12.7. Importa destacar que a exigência pela tecnologia via satélite não representa direcionamento de contratação, mas sim requisito técnico essencial, decorrente da necessidade de cobertura geográfica plena, estabilidade de sinal e segurança.

12.8. Nesse contexto, e em razão da reduzida oferta no mercado, a presente estimativa fundamenta-se nos valores estipulados no Termo de Contrato nº 1250/2024/PGE-IDARON, conforme registrado no Processo Administrativo nº 0015.006058/2023-01, bem como na análise de preços obtidos em contratações anteriores junto à administração pública, incluindo Ata de Registro de Preços, PNCP e Banco de Preços

12.9. Nos termos do artigo 23, da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, a pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme Art. 6º da IN nº1.

12.10. Ocorre, em casos devidamente justificados, a estimativa possa se basear em um número inferior de cotações, desde que seja comprovada por meio de *justificativa circunstanciada*.

12.11. O Acórdão [Acórdão TCU 2531/2011-Plenário](#) também reforça esse entendimento:

*No caso de não ser possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais para a estimativa de custos em processos licitatórios, deve ser realizada pesquisa de preços contendo o mínimo de três cotações de empresas/fornecedores distintos, fazendo constar do respectivo processo a documentação comprobatória pertinente aos levantamentos e estudos que fundamentaram o preço estimado. Caso não seja possível obter esse número de cotações, deve ser elaborada justificativa circunstanciada.*

12.12. Portanto, essa demanda envolve "tecnologia de uso restrito". A limitação de fornecedores decorre, essencialmente, da especificidade tecnológica e do custo elevado da solução requerida, sendo inviável, sob o ponto de vista técnico e operacional, a adoção de alternativas mais simples ou econômicas, que comprometeriam a confiabilidade e a efetividade do serviço de rastreamento pretendido.



12.13. Assim, a escolha por empresa que opere com essa tecnologia atende ao princípio da eficiência (Art. 5º, caput, da Lei 14.133/2021) e a utilização de apenas uma proposta para a formação da estimativa não compromete o princípio da competitividade, tampouco fere o interesse público ou os demais princípios que regem as contratações públicas.

12.14. Compete a Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços (CPEAP), da Superintendência Estadual de Licitações (SUPEL), validar a pesquisa de preços realizada no Estudo Técnico Preliminar, a fim de verificar se a pesquisa observou os critérios e metodologias dispostas no [Instrução Normativa n.º 01/2024/SUPEL-CPEAP](#).

### 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pela seguinte dotação orçamentária:

- I - Unidade Gestora: 11025 / 14011
- II - Fonte de Recursos: 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028
- III - Programa de Trabalho: 26.782.2106.1386
- IV - Natureza de Despesas: 33.90.39
- V - Grupo de Programação Financeira: 339

### 14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, utilizando do procedimento de com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

14.1.1. Para o presente procedimento, o modo de disputa será o **ABERTO**, nas disposições presentes no inciso I, do art. 56 da Lei Federal 14.133, de 2021.

14.1.2. As propostas serão julgadas pelo **MENOR PREÇO**, apresentado ao **GRUPO ÚNICO**.

14.1.3. Caberá ao pregoeiro diligenciar, se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto e o preço ofertado pelos participantes.

14.1.4. Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:

14.1.4.1. A proposta de preços terá a validade 90 (noventa) dias, onde deverá constar:

14.1.4.2. O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;

14.1.4.3. Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;

14.1.4.4. Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e

14.1.4.5. Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

14.2. **PROVA DE CONCEITO:** Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, justificamos a **dispensa da prova de conceito** para a contratação de solução de gerenciamento do serviço especializado, com base em critérios técnicos, jurídicos e administrativos. A solução é consolidada no mercado, com padrões validados por experiências anteriores, e os requisitos técnicos estão claramente definidos no termo de referência e edital. A análise documental das propostas é suficiente para garantir o atendimento das necessidades. O contrato incluirá cláusulas de garantia de funcionalidade, mitigando riscos e assegurando penalidades em caso de não conformidade. A dispensa visa garantir eficiência, economicidade e celeridade ao processo, alinhada ao interesse público.

14.3. **FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:** O fornecimento do serviço rastreamento e monitoramento de veículos do DER-RO, com tecnologia via satélite e transmissão exclusiva via **GSM**, será realizado de **FORMA CONTÍNUA**, incluindo o fornecimento de equipamentos em comodato (rastreadores), e a entrega **INTEGRAL** dos Ibuttons (Tags para identificação de motoristas), na modalidade de locação.

14.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

14.4.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- c) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.
- g) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

#### 14.4.2.

#### **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), conforme o caso;
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).
- g) Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

#### 14.4.3.

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
  - a).1 No caso de empresas em recuperação judicial, será admitida a sua participação desde que apresentada cópia do Plano de Recuperação Judicial homologado judicialmente e comprovadamente em vigor, acompanhado dos demais documentos exigidos neste item.
  - b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
    - b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);
    - b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **7% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais, onde:

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 7% do valor estimado da contratação constitui requisito de habilitação econômico-financeira destinado a assegurar que a futura contratada possua capacidade econômico-financeira suficiente para suportar os encargos decorrentes da execução contratual.

A medida encontra respaldo no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração Pública a exigir documentos destinados a demonstrar a capacidade financeira dos licitantes, inclusive patrimônio líquido mínimo, desde que observados critérios de razoabilidade, proporcionalidade e motivação no processo administrativo.

Nos termos do § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir patrimônio líquido mínimo limitado a até 10% do valor estimado da contratação, parâmetro legal que visa equilibrar a necessidade de segurança contratual com a preservação da competitividade do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de admitir tal exigência como mecanismo legítimo de verificação da capacidade financeira dos licitantes, desde que respeitado o limite legal e devidamente justificada sua necessidade nos autos do processo licitatório. Nesse sentido, o TCU firmou entendimento de que:

· **Acórdão 1.335/2010 – Plenário:** estabelece que a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo deve observar o limite de até 10% do valor estimado da contratação;

· **Acórdão 1.801/2008 – Plenário:** destaca que a qualificação econômico-financeira visa garantir que o contratado possua condições de suportar os custos da execução contratual;

O Tribunal de Contas da União também consolidou entendimento de que a Administração pode estabelecer exigências de habilitação econômico-financeira com o objetivo de assegurar a execução do contrato, desde que não configurem restrição indevida à competitividade e observem os limites previstos na legislação.

Nesse contexto, a fixação do percentual de 7% do valor estimado da contratação revela-se compatível com limite legal de até 10%, situando-se em patamar inferior ao máximo permitido pela legislação e pela jurisprudência do TCU, o que demonstra sua razoabilidade e proporcionalidade.

Igualmente, a exigência busca mitigar riscos inerentes à contratação pública, tais como:

**I** - incapacidade financeira da contratada para iniciar ou manter a execução do contrato;

**II** - descontinuidade da prestação dos serviços;

**III** - inadimplemento contratual decorrente de insuficiência de capital operacional;

**IV** - necessidade de rescisão contratual e nova contratação emergencial.

Portanto, a exigência de patrimônio líquido mínimo constitui mecanismo preventivo de gestão de riscos contratuais, alinhado aos princípios da eficiência, segurança jurídica, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa, previstos no art. 5º da lei nº 14.133/2021. Ressalta-se, ainda, que o percentual adotado não configura barreira desproporcional à competitividade, pois permanece dentro dos limites legalmente admitidos e visa exclusivamente garantir que os licitantes possuam capacidade financeira mínima compatível com a execução do objeto contratual.

Pelo acima exposto, concluímos que a exigência de patrimônio líquido mínimo equivalente ao percentual de 7% do valor estimado da contratação, atende aos princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, bem como, atende às orientações da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, constituindo medida adequada para garantir a segurança e a boa execução do futuro contrato administrativo.

A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 7% do valor do procedimento ganha pela contratada visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência.

Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**JUSTIFICATIVA:** A exigência de comprovação do atendimento de índices econômicos previstos, atestado por profissional contábil, visa garantir a qualificação econômico-financeira do fornecedor, assegurando sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A justificativa para essa cobrança deve demonstrar a necessidade de verificar a saúde financeira do fornecedor, especialmente em contratos que envolvem riscos financeiros significativos.

#### 14.4.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

14.4.4.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame, deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.4.4.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

14.4.4.3. Compatível em **características** o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma, contemple o fornecimento de materiais condizentes com o objeto desta licitação.

14.4.4.4. Compatível em **quantidade** o (s) atestado (s) que em sua individualidade ou soma contemple o fornecimento de materiais condizentes com o percentual de **10% (dez por cento)** do item que a empresa apresentar proposta.

14.4.4.5. Os atestados deverão indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone e data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.). Além da descrição do objeto, quantidade e prazos de fornecimento dos objetos.

14.4.4.6. Os atestados de capacidade técnica apresentados estarão sujeitos à confirmação de autenticidade, exatidão e veracidade conforme previsto no art. 12 Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso ateste informações inverídicas.

14.4.4.7. E, na ausência dos dados indicados acima, antecipa-se a diligência prevista no art. 64 da Lei Federal 14.133/21 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, acompanhados de editais de licitação, dentre outros. Caso não sejam encaminhados, o Pregoeiro os solicitará no decorrer do certame para certificar a veracidade das informações e atendimento da finalidade do Atestado

#### 14.4.5. **OUTROS DOCUMENTOS**

14.4.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

14.4.5.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

14.4.5.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

14.4.5.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

### 15. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

15.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no

15.2. O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

15.3. O Contrato **poderá ser prorrogado até 60 meses**, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024 e artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos, da Seção II Da Prorrogação Contratual do Decreto Estadual 28.874/2024.

## **16. ALTERAÇÕES**

16.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual Nº 28.874/24).

16.2. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Nas hipóteses de alterações contratuais e dos preços, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

16.5. As alterações qualitativas também deverão, em regra, observar os limites percentuais mencionados no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 21, exceto se forem satisfeitas, cumulativamente, as seguintes exigências

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

17.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

17.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

17.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

17.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

17.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

17.7. Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

17.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

17.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

17.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

17.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de

descumprimento de cláusulas contratuais.

17.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes ao objeto deste instrumento devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:

18.2. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

18.3. Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

18.4. Fazer acompanhar, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

18.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação para tal;

18.6. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.7. Entregar os dos equipamentos com componentes e acessórios contidos no manual do proprietário.

18.8. Substituir os Módulos Rastreadores em caso de pane, incondicionalmente por um equipamento novo;

18.9. O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento on site.

18.10. Possibilitar acesso do software de monitoramento/rastreamento em computadores deste Departamento;

18.11. Manter sigilo de todas as informações obtidas pelo sistema de monitoramento e rastreamento, sob pena de responsabilidade, bem como, de todo e qualquer assunto de interesse do DER/RO, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus funcionários nesse sentido;

18.12. Reportar-se sobre a execução do contrato, única e exclusivamente ao gestor do contrato;

18.13. Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte;

18.14. Dar plena e total garantia quanto à qualidade do serviço fornecido, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante vigência do contrato;

18.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.16. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.17. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

18.18. A Contratada deverá reparar ou substituir os equipamentos defeituosos dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da notificação;

18.19. Assinar o contrato no prazo de até 5 dias úteis após convocação.

18.20. Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, para efetivação dos pedidos durante o

período contratual.

18.21. Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

18.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

18.23. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

18.24. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

18.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), ressalvada a dispensa **de reserva de cargo para aprendizes para ME/EPP, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006, Art. 51, III](#), conforme a certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nos termos do [§3º, Art. 51 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018](#)**;

18.27. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

18.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

18.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

18.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

18.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

18.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

18.33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

18.34. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

18.35. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

18.36. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

## **19. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal n. 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



19.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.3. A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

19.4. A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

#### 19.5. **FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

19.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei Federal n. 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

19.5.2. Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas na [Seção VIII do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#);

19.5.3. Caberá ao **fiscal técnico** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

19.5.4. Caberá ao **fiscal administrativo** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

19.5.5. Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, o pontos elencados no art. 25 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

19.5.6. Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, será designado **fiscais setoriais nos locais**, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º, do art. 19 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

#### 19.6. **GESTÃO DO CONTRATO**

19.6.1. As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades conforme [artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).

19.6.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no [artigo 20, Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).

### 20. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada por meio de Relatório de Medição (Relatório de medição deverá conter informações do material recebido com registro fotográfico com data e hora do recebimento em consonância com as especificações técnicas do edital) emitido pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

20.1.1. No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

20.1.1.1. Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (**IRRF**) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa



RFB nº 765/2007 , e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

20.2. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto a indicação do número do contrato e da conta bancária da empresa.

20.3. A(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) deverão, ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

20.4. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$  I = .....

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

20.5. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, àquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.7. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha à ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

20.8. Fica instituído a possibilidade de glosa no contrato em caso de sua inadimplência e a rescisão, podendo haver a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

20.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

## **21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

21.2. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Pela Inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

21.3.1. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

21.3.2. **Multa moratória** correspondente a **0,5% (cinco décimos por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do objeto, conforme o caso;

21.3.2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

21.3.3. **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do produto, por dia de atraso no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

21.3.4. **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto, pela recusa injustificada em aceitar ou retirar o instrumento contratual, caso em que será caracterizada a inexecução total, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

21.3.5. **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO pela execução parcial;

21.3.6. **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO;

21.3.7. **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do produto não entregue, pela recusa injustificada na substituição de material defeituoso no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

21.3.8. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do produto não entregue, por dia de atraso na substituição do material defeituoso, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do objeto contratado, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

21.3.9. A multa prevista nos subitens **21.3.2**, **21.3.3** e **21.3.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas nos subitens **21.3.5** e **21.3.6**.

21.4. [As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção estabelecida no inciso II do mesmo dispositivo legal.

- 21.5. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:
- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
  - b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - c) Comportamento inidôneo;
  - d) Fraude fiscal;
  - e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.6. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

21.7. A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.8. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de :			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

21.9. As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

21.10. Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

21.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

21.12. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.13. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 21.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

22. SOLUÇÕES DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

22.1. Considerando o que preconiza o art. 42, incisos III e XXVIII, do Decreto Estadual nº 28.874, de 14 de março de 2024, que estabelece diretrizes para contratações públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), o objeto da contratação, trata-se de **solução eminentemente operacional**, voltada ao monitoramento físico e logístico da frota do DER/RO, cuja natureza não envolve o desenvolvimento, integração ou customização de sistemas de informação internos, tampouco a necessidade de interoperabilidade com plataformas tecnológicas corporativas da instituição. A solução tecnológica é padronizada e ofertada como serviço de infraestrutura e suporte providos integralmente pela contratada, **não demandando intervenção da equipe técnica de TI** do Departamento para instalação, configuração ou manutenção da solução, tampouco para integração com a infraestrutura tecnológica atual do DER/RO. Dessa forma, com base nos aspectos técnicos e operacionais da demanda, abaixo relacionados, entende-se que não há necessidade de assessoramento específico da Gerência de Tecnologia da Informação do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes de Rondônia neste Estudo Técnico Preliminar, uma vez que a contratação trata de serviço terceirizado com fornecimento de solução autônoma, sem impacto direto na arquitetura de TIC do Departamento.

## 22.2. **Escopo Contratual e Responsabilidades da Contratada**

22.2.1. Conforme especificado no presente Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada assumirá a responsabilidade integral pelo fornecimento da solução tecnológica de rastreamento e monitoramento, compreendendo:

22.2.2. Fornecedor de hardware e software necessários.

22.2.3. Implantação da plataforma tecnológica.

22.2.4. Treinamento técnico operacional das equipes de Monitoramento - CLOG/DER-RO.

22.2.5. Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva da solução tecnológica.

22.2.6. Disponibilização da documentação técnica completa, incluindo arquitetura tecnológica, fluxos operacionais, manual de usuário e glossário de termos técnicos.

22.2.7. Essa abordagem assegura que todos os elementos técnicos exigidos pelo o art. 42, incisos III e XXVIII do Decreto nº 28.874/24 serão cumpridos integralmente pela empresa contratada, reduzindo a necessidade de assessoramento interno especializado da GTI/DER-RO.

## 22.3. **Transferência de Conhecimento e Documentação Técnica**

22.3.1. O contrato deverá constar a transferência formal e completa do conhecimento operacional da solução, mediante capacitação técnica das equipes internas e entrega de documentação detalhada, contemplando:

22.3.2. Descrição da arquitetura tecnológica da solução.

22.3.3. Justificativa e detalhamento da métrica utilizada para o serviço especializado de monitoramento e rastreamento.

22.3.4. Nível mínimo de serviço (NMS) garantido, com indicadores técnicos mensuráveis.

22.3.5. Procedimentos de medição de demanda e eventuais contagens de pontos de função.

22.3.6. Esse conjunto de entregas técnicas atende integralmente às exigências normativas sem demandar intervenções adicionais da GTI – DER/RO.

## 22.4. **Especialização Técnica do Fornecedor**

22.4.1. A empresa vencedora do certame licitatório deverá comprovar qualificação técnica e experiência comprovada em soluções TIC similares, garantindo a implementação adequada e o suporte técnico especializado necessário para o pleno funcionamento da solução, mitigando riscos técnicos e operacionais.

## 22.5. **Alinhamento com as Necessidades Tecnológicas do DER-RO**

22.5.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) deverá incorporar os requisitos tecnológicos e de negócio, contemplando o alinhamento com as necessidades institucionais, conforme estabelecido no Decreto Estadual. A metodologia adotada na contratação contempla também os critérios de avaliação da solução e de desempenho, conforme padrões técnicos aplicáveis.

## 22.6. **Eficiência e Otimização de Recursos Públicos**

22.6.1. A adoção de modelo contratual abrangerá a solução completa, incluindo hardware, software, suporte e treinamento, promovendo a racionalização de recursos e otimização do uso da estrutura interna, evitando redundâncias técnicas e custos adicionais associados a assessoramentos externos.

## 22.7. **Conclusão do Presente Tópico**

22.7.1. Diante dos aspectos técnicos expostos, considerando o escopo contratual abrangente, a transferência de conhecimento, a qualificação técnica da contratada e os mecanismos de garantia de qualidade previstos, conclui-se que o assessoramento técnico da GTI/DER-RO não se faz necessário para a execução do objeto desta licitação.

22.7.2. Tal posicionamento está fundamentado no presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) estando em conformidade com o art. 42, incisos III e XXVIII do Decreto Estadual nº 28.874/24 e atende aos requisitos técnicos, formais e normativos pertinentes, garantindo a adequada gestão e operacionalização da solução de TIC pela empresa vencedora do certame licitatório.

## **23. DA PRESTAÇÃO E CONDIÇÕES DA GARANTIA CONTRATUAL**

23.1. **Não haverá exigência da garantia da contratação** previstas no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

23.1.1. Conforme previsto no Decreto nº 28.874, artigo 42, inciso XXII, a exigência de garantia contratual deve considerar as especificidades do objeto e o risco associado à sua execução. No presente caso, considerando a natureza do objeto do contrato e o baixo risco de inadimplemento, entende-se que a exigência de garantia contratual se mostra desnecessária.

23.1.2. Além disso, a não exigência da garantia visa evitar onerar o contratado de forma desproporcional, o que poderia impactar negativamente a economicidade do contrato e os preços ofertados. A administração entende que o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, aliados à robustez das cláusulas de penalidades, são suficientes para mitigar eventuais riscos de descumprimento das obrigações.

23.1.3. Portanto, por entender que a dispensa da garantia contratual não compromete os interesses da administração e que os riscos são adequadamente controlados, propõe-se a sua não exigência neste contrato.

## **24. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E MEDIDAS MITIGADORAS**

24.1. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

### **24.2. Riscos Ambientais**

24.2.1. Os sistemas de monitoramento e rastreamento de veículos podem consumir uma quantidade significativa de energia, especialmente se utilizarem tecnologias de alta demanda.

24.2.2. O uso de veículos e a infraestrutura necessária para o monitoramento podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.

24.2.3. Equipamentos eletrônicos e veículos podem gerar ruído, afetando a qualidade ambiental e a saúde das pessoas próximas.

### **24.3. Impactos Ambientais**

24.3.1. A instalação de infraestrutura para monitoramento pode levar à destruição de habitats naturais.

24.3.2. Equipamentos desatualizados ou danificados podem gerar resíduos eletrônicos, que são difíceis de reciclar e podem ser tóxicos.

24.3.3. A fabricação e operação de equipamentos de monitoramento podem consumir recursos naturais como metais e combustíveis fósseis.

### **24.4. Medidas Mitigadoras**

24.4.1. Adotar tecnologias que consumam menos energia e emitam menos carbono, como sensores de baixa potência e sistemas de energia renovável.

24.4.2. Implementar programas de reciclagem e descarte adequado de equipamentos eletrônicos para minimizar a geração de resíduos.

24.4.3. Realizar estudos de impacto ambiental antes de instalar novas infraestruturas e adotar medidas para proteger ecossistemas locais.

24.4.4. Utilizar sistemas de monitoramento que sejam eficientes em termos de consumo de energia e que possam ser otimizados para reduzir o uso de recursos naturais.

## **25. DA REVISÃO, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO**

25.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e o Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024.

- 25.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.
- 25.3. Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 25.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- 25.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;
- 25.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
- 25.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 25.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 25.9. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;
- 25.10. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual n.º 28.874/2024);
- 25.11. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.
- 25.12. O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro e reajuste se dará em até **30 (trinta) dias**.
- 25.13. O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 30 (trinta) dias.
- 25.14. A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- 25.15. O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os documentos elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24.

## **26. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS**

- 26.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.
- 26.2. O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

26.3. A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138. da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
  - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

## **27. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO:**

Justificativa no Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058)

27.1. Em conformidade com o artigo 34, inciso XIV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado, a exclusão da participação de pessoas físicas na licitação é justificada pela necessidade de assegurar a conformidade com as regulamentações vigentes, garantir a viabilidade técnica e econômica, seguir os procedimentos adequados para a elaboração de projetos e promover a transparência e publicidade nas contratações públicas.

27.2. Adicionalmente, há a necessidade de assegurar que os licitantes possuam a estrutura organizacional adequada, incluindo capital social mínimo e equipe técnica qualificada, conforme estipulado pela legislação vigente. A exclusão visa garantir a eficiência e a segurança do processo licitatório, assegurando que os contratos sejam executados de maneira eficaz e confiável.

- a) Geralmente, licitações envolvem contratos de grande porte que exigem alta capacidade técnica e operacional para serem executados com sucesso. Empresas e pessoas jurídicas tendem a ter estrutura organizacional, experiência e recursos mais adequados para atender a essas demandas em comparação com pessoas físicas.
- b) Empresas e pessoas jurídicas têm personalidade jurídica própria, o que significa que respondem legalmente por suas atividades comerciais e contratuais. Isso oferece maior segurança jurídica para o órgão público contratante em casos de descumprimento de obrigações contratuais ou outras questões legais.
- c) A execução de contratos de licitação muitas vezes requer investimentos significativos em infraestrutura, equipamentos, pessoal qualificado, entre outros. Empresas e pessoas jurídicas têm maior capacidade financeira para realizar esses investimentos e enfrentar eventuais imprevistos durante a execução do contrato.
- d) Empresas e pessoas jurídicas tendem a oferecer maior garantia de continuidade na prestação dos serviços ou fornecimento dos bens ao longo do contrato. Isso minimiza riscos de interrupções ou atrasos que poderiam ocorrer caso uma pessoa física não consiga manter a continuidade de suas atividades.
- e) Empresas e pessoas jurídicas são geralmente submetidas a um maior controle e fiscalização quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária. Isso oferece maior segurança ao órgão público contratante em relação ao cumprimento das obrigações legais e tributárias durante a execução do contrato.

f) Muitas licitações requerem a apresentação de garantias, certidões, documentos técnicos e financeiros como parte do processo de habilitação. Empresas e pessoas jurídicas têm maior facilidade para apresentar esses documentos devido à sua estrutura organizacional e contábil mais robusta.

## 28. MAPA DE RISCO

28.1. A análise de risco no processo de licitação é uma atividade que visa identificar, avaliar e tratar os possíveis eventos futuros que podem afetar o sucesso da contratação pública, pode ajudar a prevenir ou minimizar problemas como atrasos, custos excessivos, qualidade insatisfatória, fraudes, corrupção, entre outros, além de contribuir para a melhoria da eficiência, eficácia e economicidade das contratações públicas. Deste modo, os riscos aferidos pelo setor requisitante, conforme previsto no item 35 do Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058) para a presente licitação, são devidamente transcritos conforme quadro abaixo:

Identificação de Riscos	Categoria	Probabilidade de Ocorrências	Impacto Potencial	Plano de Mitigação	Responsável/Gerenciamento
Variação de preços	Mercado	Média	Alto	Analisar histórico de preços e prever variação.	DER-CLOG
Disponibilidade de empresas especializadas	Mercado	Alta	Alto	Contratos com fornecedores de fiel confiabilidade.	DER-CLOG
Falhas técnicas e operacionais nos equipamentos	Operacional	Média	Médio	Estabelecer contrato com assistência técnica especializada.	CLOG-SECOV
Cláusulas de garantia para prestação do serviço	Contratual	Baixa	Médio	Definir cláusulas de garantias pré-definidas.	PGE-DER
Penalidades por não cumprimento do contrato	Contratual	Média	Alto	Incluir penalidades por não prestação de serviço.	PGE-DER
Custos elevados de manutenção e suporte	Financeiro	Alta	Alto	Ajuste orçamentário com margem de segurança; negociação com empresa contratada.	CAF-CLOG
Conformidade com especificações técnicas	Conformidade	Média	Médio	Realizar especificação técnica detalhada no contrato.	CLOG-SECOV
Insatisfação do cliente com a contratada	Contratual	Média	Alto	Comunicação efetiva com empresa contratada.	DER-SECOV
Alterações legislativas ou regulatórias	Legal/Regulatório	Média	Alto	Monitoramento constante da legislação aplicável e adequações contratuais.	PGE-DER
Crises econômicas - inflação elevada, recessão	Econômico	Média	Alto	Previsão contratual de reequilíbrio econômico-financeiro e cláusulas de reajuste.	CAF-DER



Atraso na liberação de recursos orçamentários	Financeiro	Média	Alto	Planejamento orçamentário antecipado e cronograma de desembolso definido.	CAF-CLOG
Inovação tecnológica que torne solução contratada obsoleta	Tecnológico	Baixa	Médio	Reavaliação periódica da solução contratada com cláusula de atualização tecnológica.	CLOG-SECOV
Eventos de força maior (pandemias, desastres naturais)	Externo	Baixa	Muito Alto	Previsão contratual de força maior e plano de contingência.	DER-CLOG / PGE-DER
Redução drástica na demanda ou escopo dos serviços	Estratégico	Baixa	Alto	Flexibilização contratual e cláusulas de reequilíbrio de escopo.	DER-CLOG / CAF-DER
Mudança de governo e prioridades administrativas	Político-Institucional	Média	Médio	Estabelecimento de política de continuidade administrativa contratual.	PGE-DER / DER-CLOG
Atrasos na entrega por parte da contratada	Operacional	Média	Alto	Monitoramento contínuo de cronograma com penalidades por atraso.	DER-SECOV / CLOG-SECOV
Judicialização do contrato (ações judiciais que impactem execução)	Legal	Baixa	Alto	Revisão jurídica preventiva e cláusulas claras no contrato.	PGE-DER

## 29. MATRIZ DE RISCO

29.1. A matriz de risco constante no item 36, foi materializada em conformidade com a análise dos riscos descrita no item 35, todos do Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), conforme transcrita abaixo:

Riscos	Descrição	Prob	Impacto	Nível	Medidas Preventivas / Mitigadoras	Responsabilidade CONTRATADA	Responsabilidade CONTRATANTE
Falha de sinal GSM/Satélite	Perda de comunicação e dados de rastreamento	M	A	Alto	Equipamentos híbridos (GSM + Satélite), antenas adequadas, testes de cobertura	Fornecer tecnologia compatível e monitorar conectividade	Informar áreas críticas de operação
Equipamento não homologado	Uso de módulos sem certificação Anatel	B	A	Médio	Exigir certificação válida e atualizada	Garantir homologação e documentação certificada	Fiscalizar documentação técnica
Instalação inadequada	Danos à parte elétrica ou mecânica do veículo	M	A	Alto	Técnicos certificados, laudo pós-instalação	Executar instalação correta e reparar danos causados	Disponibilizar veículos e acompanhar instalação

Indisponibilidade do sistema web	Falha no acesso à plataforma de monitoramento	M	A	Alto	Plataforma de disponibilidade, servidores configurados para executar as tarefas	Manter infraestrutura, backups e suporte 24h	Comunicar falhas e registrar ocorrências
Vazamento de dados	Exposição de rotas, motoristas ou localização	B	A	Médio	Criptografia, controle de acesso, conformidade LGPD	Garantir segurança da informação e confidencialidade	Definir perfis de acesso e uso adequado
Falha na identificação por Ibutton	Motorista não identificado ou leitura incorreta	M	M	Médio	Treinamento, reposição de dispositivos, logs de auditoria	Fornecer Ibuttons, leitores e suporte técnico	Garantir uso correto pelos motoristas
Clonagem ou uso indevido de Ibutton	Fraude na identificação do condutor	B	M	Médio	Sistema com validação criptográfica e auditoria	Implementar mecanismos antifraude	Controlar entrega e guarda dos dispositivos
Atraso na instalação inicial	Veículos operando sem rastreamento	M	M	Médio	Cronograma contratual com prazos e penalidades	Cumprir prazos de instalação	Disponibilizar frota conforme agenda
Falha no armazenamento de dados	Perda de histórico de rastreamento	B	A	Médio	Backups automáticos e redundância técnica	Manter política de backup e recuperação de históricos	Solicitar relatórios periódicos de integridade
Obsolescência tecnológica	Sistema tornar-se incompatível ou ultrapassado	M	M	Médio	Atualizações periódicas sem custo adicional	Atualizar software operacional	Acompanhar evolução contratual
Dependência excessiva do fornecedor	Dificuldade de transição ao final do contrato	M	M	Médio	Prever portabilidade de dados e retirada organizada	Garantir exportação dos dados em formato aberto	Planejar transição contratual
Uso indevido do sistema	Monitoramento fora da finalidade institucional	B	A	Médio	Normas internas de uso e auditoria de acessos	Registrar logs e trilhas de auditoria	Estabelecer política de uso e controle interno
Interrupção do serviço por inadimplência contratual	Suspensão do rastreamento	B	A	Médio	Cláusulas de continuidade e notificação prévia	Manter serviço conforme descrito no contrato	Garantir regularidade contratual
Danos ou furto de equipamentos em comodato	Perda do módulo rastreador	M	M	Médio	Fixação oculta, seguro, monitoramento de violação	Substituir equipamentos defeituosos por desgaste natural	Comunicar perdas e zelar pelos equipamentos
Consumo excessivo da bateria do veículo	Descarga da bateria causada pelo módulo rastreador	B	M	Baixo	Equipamentos com baixo consumo e modo standby	Fornecer dispositivos dentro do padrão técnico operacional	Manter manutenção e fiscalização da bateria dos veículos
Descumprimento de atendimentos de suporte	Demora no atendimento técnico	M	M	Médio	Definição de prazos de atendimento e penalidades	Disponibilizar central de suporte e cumprir atendimentos	Registrar chamados e fiscalizar atendimentos

Falta de capacitação dos usuários	Uso incorreto do sistema técnico e operacional	M	M	Médio	Treinamento inicial e manuais	Ministrar treinamento e suporte contínuo	Garantir participação dos servidores
Problemas na retirada dos módulos ao fim do contrato	Danos ao veículo ou retenção de dados	B	M	Baixo	Procedimento formal de desinstalação e termo de devolução	Retirar equipamentos sem danos e excluir acessos	Agendar retirada e conferir integridade

### 30. DO ACESSO AO SEI

30.1. As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com PROCESSOS PARA ASSINATURA na instituição.

30.2. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.

30.3. Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha.

30.4. O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.

30.5. Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.

30.6. Maiores informações poderão serem solicitadas em contato com a Central de Atendimento da SETIC, pelo e-mail: [cadastrosei@setic.ro.gov.br](mailto:cadastrosei@setic.ro.gov.br), ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

### 31. DOS CASOS OMISSOS

31.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n. 14.133/21 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90, bem como demais normas e princípios gerais dos contratos.

### 32. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

32.2. O contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

32.3. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

32.4. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

32.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

32.6. As empresas, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente contratação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

32.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

### ANEXOS

a) Documento de Formalização de Demanda 146 (0062668696);

- b) Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058);
- c) SAMS (0064658742).

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
LEONARDO GUSTAVO DA MOTA MACENA Assessor - DER/RO	ROGERIO RIBEIRO DE QUEIROZ Assessor - DER/RO	MICHELLE ROBERTA SANTIAGO Coordenador de Logística- DER/RO
Autorização do Ordenador de Despesas		
EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS Diretor-Geral - DER/RO		



Documento assinado eletronicamente por **ROGERIO RIBEIRO DE QUEIROZ, Assessor(a)**, em 22/04/2026, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Roberta Santiago Sobrinho, Coordenador(a)**, em 22/04/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gustavo Da Mota Macena, Assessor(a)**, em 22/04/2026, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 23/04/2026, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71390634** e o código CRC **8D94EB81**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

**SAMS**

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO							
<b>Órgão Requisitante:</b> DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO							
<b>Fontes de Recurso:</b> 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 2.501.0.08103 / 1.759.0.08028 / 2.759.0.08028							
<b>Programa Atividade:</b> 26.782.2106.1386 <b>Elemento Despesas:</b> 33.90.39							
Exposição de Motivo: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM - com identificação dos motoristas através “ <i>ibuttons</i> ” compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.							
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO VIA TRANSMISSÃO - (SATELITAL)	UNIDADE	QUANTIDADE (QT)	MÊS (M)	VALOR UNITÁRIO (VU)	VALOR ANUAL (VA) = Q*M*VU
01	25410	Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com "Comunicação via satélite com transmissão GSM" com identificação dos motoristas, por meio de ibuttons, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, para veículos do DER-RO, durante o período de 12 meses.	UNID.	712	12		
02	605855	Locação de dispositivos de identificação de condutores (ibuttons) durante o período de 12 meses.	UNID.	1000	12		
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:		Local:	Responsável pela cotação da Empresa:		Valor Total da Proposta:		
		Data:	Fone:		Validade Proposta: 90 (noventa) dias		
		Banco: Agência: C/C:	Assinatura:		Prazo de Entrega:		

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 16/04/2026, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71237192** e o código CRC **D351C2DD**.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER  
Gerência de Licitação - DER-GEL

MINUTA DE CONTRATO

\* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º ...../20...., QUE FAZEM ENTRE O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER E A EMPRESA .....

O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTE – DER/RO, sediado à Avenida Farquar nº 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Jamari, 5º Andar, bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo Diretor-Geral Senhor **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS**, e a empresa [NOME DA EMPRESA], CNPJ/MF n.º 00.000.000/00001-00, estabelecida no [ENDEREÇO DA EMPRESA], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. [NOME DO REPRESENTANTE], celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0009.007978/2024-06** o qual originou o Pregão Eletrônico nº\_\_\_/202\_/SUPEL/RO, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Estadual n. 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024 e, ainda, demais legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com **Comunicação (via Satélite) com transmissão GSM** - com identificação dos motoristas através “**ibuttons**” compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, em veículos e máquinas do DER-RO, durante o período de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O quantitativo a ser contratado conforme quadro a seguir.

Quadro 01

	ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO VIA TRANSMISSÃO - (SATELITAL)	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL MENSAL ESTIMADO	TOTAL ANUAL ESTIMADO

GRUPO ÚNICO	1	25410	Contratação de empresa especializada em serviços de rastreamento e monitoramento de veículos com "Comunicação via satélite com transmissão GSM" com identificação dos motoristas, por meio de ibuttons, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web e liberação pela Anatel, para veículos do DER-RO, durante o período de 12 meses.	UND	712	8.544	R\$ 122,63	R\$ 87.312,56	R\$ 1.047.750,72
	2	605855	Locação de dispositivos de identificação de condutores (ibuttons) durante o período de 12 meses.	UND	1000	12.000	R\$ 10,00	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00

**PARÁGRAFO TERCEIRO - DA GARANTIA DO MATERIAL:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento no site.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado (DIOF).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O adjudicatário terá o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para formalizar a assinatura do Termo Contratual, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Contrato **poderá ser prorrogado até 60 meses**, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024 e artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos, da Seção II Da Prorrogação Contratual do Decreto Estadual 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do serviço especializado de rastreamento veicular via satélite, a ser realizada pela empresa vencedora do certame licitatório, estará condicionada ao cumprimento das seguintes etapas prévias:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Emissão prévia da Nota de Empenho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Formalização do contrato administrativo mediante assinatura pelas partes envolvidas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Expedição subsequente da Ordem de Serviço.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A prestação do serviço somente poderá iniciar após o atendimento integral dessas condições.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A entrega do objeto deverá ser realizada em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento, da ordem de serviço, condicionado à prévia emissão da nota de empenho e assinatura do contrato emitido pela PGE/DER-RO.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Em caso de impossibilidade de entrega do serviço dentro do prazo estabelecido no presente instrumento, a empresa contratada deverá comunicar formalmente as razões que justificam o atraso, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista para conclusão. Tal comunicação é imprescindível para a análise de qualquer pleito de



prorrogação do prazo contratual.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Excepcionalmente, situações decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas para flexibilização do prazo, mediante comprovação adequada e conforme análise da autoridade competente.

**PARÁGRAFO NONO:** LOCAL E ENDEREÇOS DE INSTALAÇÃO DOS RASTREADORES NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS: O horário de funcionamento da Residência Regional e Usina de Asfalto para instalação dos rastreadores é de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A instalação dos Rastreadores nos veículos será nas Residências Regionais e Usinas de Asfalto do DER/RO, nos Municípios conforme abaixo:

ITEM	MUNICÍPIO	RESIDÊNCIA/USINA	ENDEREÇO
01	COLORADO DO OESTE/RO	1 RR COLORADO DO OESTE	Rua Amapá, nº 5329, Bairro São José. CEP 76.993-970
02	ARIQUEMES/RO	2 RR ARIQUEMES	Rua Vimberê, nº 2188, Setor 04. CEP 76.873-463
03	OURO PRETO DO OESTE/RO	3 RR OURO PRETO	Rua: Buraqueiro, s/nº, Setor Industrial. CEP 76-920-000
04	CACOAL/RO	4 RR CACOAL	Rua Rondônia, nº 1078, Bairro Incra. CEP 76.965-872
05	ROLIM DE MOURA/RO	5 RR ROLIM DE MOURA	Av Sete de Setembro, nº 5490, Bairro Boa Esperança. CEP 76.940-000
06	MACHADINHO DO OESTE/RO	6 RR MACHADINHO DO OESTE	RO 133, nº 4041. CEP: 76.868-000
07	ALVORARAD DO OESTE/RO	7 RR ALVORADA DO OESTE	Av Independência s/nº, Bairro Alto Alegre. CEP 76.930-000
08	JI-PARANÁ/RO	8 RR JI-PARANA	BR 364 – KM 08, Setor Rural. CEP 76.900-000
09	VILHENA/RO	9 RR VILHENA	Av Jo Sato, nº 1280, Bairro Bela Vista
10	PIMENTA BUENO/RO	11 RR PIMENTA BUENO	Rua Rui Barbosa, nº 250, Beira Rio. CEP 76.970-970
11	JARU/RO	12 RR JARU	Rua Tapajós, nº 3963, Setor 02. CEP 76.890-000
12	PORTO VELHO/RO	13 RR PORTO VELHO	Rua Antônio Lacerda, nº 4168, Setor Industrial. CEP 76.821-038
13	EXTREMA/RO	14 RR DE EXTREMA	Br 364, Km 1042, Distrito de Extrema
14	BURITIS	15 RR BURITIS	Av. Ayrton Sena, nº 3766, Setor Industrial. CEP 76.880-000
15	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ/RO	16 RR SAO FRANCISCO DO GUAPORE	Rua Dom João, nº 3436, Bairro Cidade Baixa
16	ARIQUEMES/RO	USINA DE ARIQUEMES	RO 257 KM 03, s/n, Zona Rural Saída para Machadinho d'Oeste
17	JI-PARANÁ/RO	USINA DE JI PARANA	Av Edson Lima, nº 3835, Bairro Jorge Teixeira
18	ROLIM DE MOURA/RO	USINA DE ROLIM DE MOURA	Av Morumbi, s/n, Esquina c/ Parnaíba
19	JARU/RO	USINA DE JARU	RO 463 (Pátio da Coaja) Bairro Zona Rural
20	VILHENA/RO	USINA DE VILHENA	Setor 13, Quadra 07, Lote 01
21	CACOAL/RO	USINA DE CACOAL	Lote 31, Linha 04 - Gleba, Setor Prosperidade

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - DO RECEBIMENTO:** Em conformidade com o inciso II, do artigo 140, da Lei 14.133, de 2021, o recebimento do objeto ocorrerá da seguinte forma:

a) Os bens serão recebidos **PROVISORIAMENTE**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;

a.1) Assim que o serviço for acompanhado e fiscalizado, a pessoa responsável tem até 10 dias para avaliar se as exigências técnicas estão sendo cumpridas. Essa avaliação é registrada em um documento detalhado (termo), que comprova que o serviço está conforme o contrato, mesmo que ainda não esteja concluído definitivamente.

b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

b.1) Após a conclusão completa do serviço, outro prazo de até 10 dias é destinado para uma avaliação final. Essa análise é feita por um servidor ou comissão designada, que verifica se todas as condições do contrato foram atendidas. O resultado também é registrado em termo detalhado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Rejeição do Serviço: Se, em qualquer momento, for constatado que o serviço não atende às especificações técnicas ou contratuais — seja total ou parcialmente — a empresa contratada deve corrigir as falhas em até 72H úteis da notificação, custeando a correção. Caso contrário, podem ser aplicadas penalidades previstas no contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Prorrogação do Prazo para Recebimento Definitivo: Se for necessário realizar verificações adicionais para garantir o cumprimento do contrato, o prazo para o recebimento definitivo pode ser prorrogado, por igual período, desde que haja justificativa formal.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Divergências e Pagamentos Parciais: Se houver dúvidas ou divergências sobre a quantidade, qualidade ou outras características do serviço, a administração deve seguir as regras do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021. Nessa situação, a empresa será comunicada para emitir a Nota Fiscal apenas sobre a parte do serviço que não está em disputa, permitindo o pagamento parcial.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Correções e Saneamento de Documentos: O tempo que a empresa levar para corrigir erros no serviço ou na documentação (como a Nota Fiscal) durante a análise de pagamento não será contado no prazo para o recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Responsabilidades Após o Recebimento: Mesmo após o recebimento provisório ou definitivo, a empresa continua responsável pela qualidade, segurança e eficiência do serviço prestado, assim como pelo cumprimento das obrigações ético-profissionais previstas no contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – MODO DE FISCALIZAÇÃO:** A fiscalização será feita por servidores designados pelo DER-RO, que atuarão como fiscais do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** O próprio sistema de rastreamento via web será usado como ferramenta de fiscalização, permitindo o monitoramento em tempo real dos veículos, identificação de motoristas e extração de relatórios.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** A contratada deverá enviar relatórios mensais de desempenho, com informações sobre disponibilidade do sistema, falhas e atendimentos técnicos.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Poderão ser realizadas verificações técnicas em campo, testes nos rastreadores e conferência de equipamentos instalados.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** A fiscalização acompanhará também os cumprimentos dos prazos de manutenção e suporte técnico, previstos em contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** Não conformidades poderão gerar advertências ou penalidades, conforme as regras contratuais.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** A fiscalização será contínua, técnica e digital, baseada no acompanhamento do sistema e no desempenho da empresa, conforme os Arts. 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024 Art. 2º VII, VIII, IX e CAPÍTULO II, Seções VII e VIII.

#### **CLÁUSULA QUARTA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei Federal n. 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A fiscalização não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os [arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

**PARÁGRAFO QUINTO - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei Federal n. 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

1. Será designado para a função de fiscal de contrato servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes às funções expostas na [Seção VIII do Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024](#);

2. Caberá ao **fiscal técnico** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 23 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

3. Caberá ao **fiscal administrativo** e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, as atividades listadas no art. 24 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

4. Os relatórios elaborados pela fiscalização do contrato administrativo deverão abordar, no que couber, o pontos elencados no art. 25 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

5. Caso a execução do contrato ocorra em setores distintos ou em unidades descentralizadas, será designado **fiscais setoriais nos locais**, de modo que haja acompanhamento na execução nos aspectos técnicos ou administrativos, conforme previsão do §1º, do art. 19 do [Decreto Estadual n. 28.874, de 2024](#).

**PARÁGRAFO SEXTO - GESTÃO DO CONTRATO:** As atividades de Gestão e Fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática e exercidas por agentes públicos, por equipe de fiscalização ou por agente público único, de

acordo com a complexidade da contratação, assegurada a distinção das atividades conforme [artigo 19, Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).

1. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato, que cabe a ele seguir as funções expostas no [artigo 20, Decreto Estadual n.º 28.874/2024](#).

#### **CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA, FUSÃO, CISÃO E/OU INCORPORAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Fica **VEDADA a subcontratação total ou parcial do objeto**, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A vedação da subcontratação total ou parcial do objeto contratual, bem como a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado e/ou obrigações inerentes, e a fusão, cisão ou incorporação, é uma medida necessária e prudente por várias razões fundamentais que garantem a integridade, a eficiência e a transparência do processo contratual. Estas razões podem ser detalhadas como segue:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa contratada foi selecionada com base em critérios específicos de competência técnica, capacidade operacional e histórico de desempenho. A subcontratação pode comprometer esses critérios, uma vez que a empresa subcontratada pode não possuir o mesmo nível de qualificação e expertise. Assim, a vedação assegura que o serviço ou produto final mantenha a qualidade esperada conforme estabelecido no contrato inicial.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão pela seguinte dotação orçamentária:

- I - Unidade Gestora: 11025
- II - Fonte de Recursos: 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001
- III - Programa de Trabalho: 26.122.1015.2935
- IV - natureza de Despesas: 33.90.30
- V - Grupo de Programação Financeira: 330

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO(S) PREÇO(S)**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor total da contratação é de R\$ .....(.....).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgão fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

1. No caso de prestação de serviço ou fornecimento de bens a retenção de imposto de renda será na fonte, sendo destacado o imposto na nota fiscal, com a finalidade de viabilizar o cumprimento da obrigação tributária pelo Estado de Rondônia e atenuar os casos de recusa por parte do fornecedor e/ou dificuldade no procedimento de retenção.

1.1 Em estrita observância à Instrução Normativa da SEFIN/RO e demais normas do Estado de Rondônia, a retenção na fonte do Imposto de Renda (**IRRF**) sobre os pagamentos efetuados pelo Contratante será realizada em conformidade com a legislação federal aplicável, tendo o Estado de Rondônia a titularidade da respectiva receita. Fica a Contratada obrigada a informar no documento fiscal o valor do IR, devendo ser observada a alíquota correspondente à natureza do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme as tabelas anexas à IN RFB nº 1.234/2012, aplicáveis ao Estado de Rondônia.

I - As empresas optantes pelo Simples Nacional (Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP) ficam dispensadas da retenção do IRRF, conforme Instrução Normativa RFB nº 765/2007, e do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) pelo Contratante, desde que apresentem, no ato da assinatura do contrato e de suas prorrogações, a declaração de que trata o Anexo II da IN nº 10/2025/SEFIN-COTES ou suas alterações.

II - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão, ainda, apresentar em conjunto com a Nota Fiscal/Fatura, o comprovante do recolhimento mensal (Documento de Arrecadação do Simples Nacional – DAS) referente ao período de apuração anterior, como forma de comprovação de sua regularidade fiscal perante o regime tributário diferenciado.

III - A falta da declaração de que trata o item 'I' ou do comprovante do item 'II' sujeitará a Contratada à retenção do IRRF sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço, e a retenção do ISSQN se aplicará, conforme a legislação municipal. A Contratada tem o dever de informar imediatamente qualquer alteração em seu regime tributário.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 02 (duas) vias e apresentadas à Contratante para

certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto a indicação do número do contrato e da conta bancária da empresa.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s) deverão, ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, à ser calculada entre a data limite prevista para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100) / 365$  I = .....

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

**PARÁGRAFO QUINTO:** Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, àquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha à ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Fica instituído a possibilidade de glosa no contrato em caso de sua inadimplência e a rescisão, podendo haver a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**PARÁGRAFO NONO:** Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

#### **CLÁUSULA NONA - DA REVISÃO, REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contados a partir da data de apresentação da proposta de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Após o interregno de um ano, a contratada deverá apresentar requerimento expresso para reajuste dos preços iniciais, contado a partir da proposta, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**PARÁGRAFO SEXTO:** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

**PARÁGRAFO OITAVO:** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**PARÁGRAFO NONO:** Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com a alínea d, inciso II, do Art. 124 Lei nº 14.133, de 2021;

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito (art. 151, Decreto Estadual nº 28.874/2024);

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos 154 a 163, deverão ser instruídos conforme previsto no artigo 152 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** O prazo de resposta ao pedido do equilíbrio econômico-financeiro se dará em até 30 (trinta) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** O prazo de resposta ao pedido do reajuste se dará no máximo em 30 (trinta) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** A revisão contratual será concedida, a pedido da contratada, para promover o reequilíbrio econômico-financeiro da avença, diante da ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis com consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** O pedido de revisão de contrato deverá ser instruído com os documentos elencado no Art. 164 do Decreto Estadual Nº 28.874/24.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**PARÁGRAFO QUINTO:** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Cientificar a Procuradoria-Geral do Estado e Controladoria-Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, conforme previsto no 2º, do art. 184 do Decreto Estadual n.º 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**PARÁGRAFO NONO:** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, conforme previsto no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto tais como frete, impostos e demais taxas referentes ao objeto deste instrumento devendo estes ser inclusos no valor da proposta e, ainda:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas no procedimento licitatório.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Entregar o objeto de acordo com as especificações constantes na proposta de preços, no local e prazo indicados na mesma.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Fazer acompanhar, a respectiva nota fiscal, na qual deve haver referência ao processo e a respectiva nota de empenho da despesa, na qual deverá constar o objeto da presente contratação com seus valores correspondentes.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto desta licitação em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da notificação para tal.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Entregar os equipamentos com componentes e acessórios contidos no manual do proprietário.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Substituir os Módulos Rastreadores em caso de pane, incondicionalmente por um equipamento novo.

**PARÁGRAFO NONO:** O objeto deste termo deverá ser entregue com garantia mínima de 12 (doze) meses pelo fabricante, assistência técnica e reposição de peças disponíveis dentro do Estado de Rondônia, sendo que a empresa deverá apresentar durante a fase de licitação a razão social e o endereço da empresa que prestará a assistência técnica, sendo uma na capital e outra no interior do Estado / atendimento on site.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Possibilitar acesso do software de monitoramento/rastreamento em computadores deste Departamento.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Manter sigilo de todas as informações obtidas pelo sistema de monitoramento e rastreamento, sob pena de responsabilidade, bem como, de todo e qualquer assunto de interesse do DER/RO, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Termo de Referência, devendo orientar seus funcionários nesse sentido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Reportar-se sobre a execução do contrato, única e exclusivamente ao gestor do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Manter atualizado o número de telefone, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação disponível para a solicitação de suporte.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Dar plena e total garantia quanto à qualidade do serviço fornecido, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante vigência do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** A Contratada deverá reparar ou substituir os equipamentos defeituosos dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contados a partir da notificação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Assinar o contrato no prazo de até 5 dias úteis após convocação.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Disponibilizar número de telefones, e-mails ou outro meio hábil para comunicação pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER, para efetivação dos pedidos durante o período contratual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021), ressalvada a dispensa **de reserva de cargo para aprendizes para ME/EPP, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006, Art. 51, III](#), conforme a [certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego \(MTE\)](#), nos termos do [§3º, Art. 51 do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018](#);**

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO:** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO:** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO:** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO:** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO:** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho



noturno, perigoso ou insalubre.

**PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO:** Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Conforme o [Art. 155 da Lei 14.133/21](#), a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes sanções:

1. Advertência, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

2. Multa moratória correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;

2.1. A multa moratória será aplicada a partir do 1º dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação;

3. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na assinatura do instrumento contratual ou no recebimento da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total do contrato ou instrumento equivalente, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

4. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho), ou em receber a Ordem de Fornecimento, caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

6. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pela recusa injustificada na substituição de equipamentos ou serviço em desacordo com o contrato no prazo estabelecido neste Termo de Referência;

9. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato **do objeto não entregue por dia de atraso na substituição do material defeituoso**, observado o limite de 10 (dez) dias corridos, após o qual será considerada a inexecução parcial do contrato, salvo em caso de justificativa aceita pela administração;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa, sobre a parte inadimplida do contrato, conforme a tabela a seguir:

**PARÁGRAFO QUINTO:** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **PARÁGRAFO SEGUNDO** poderão ser aplicadas

cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **PARÁGRAFO**.

**PARÁGRAFO SEXTO:** São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133/21:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**PARÁGRAFO NONO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os fornecimentos dos bens adquiridos.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(\*) Incide sobre a parte inadimplida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** As multas eventualmente impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Aplicação de juros sobre o atraso no pagamento das multas, em casos em que não houver saldo suficiente para glosa dos valores, devendo ser calculada após a decisão do Gestor Público.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar (CAGEFIMP), e a caso de suspensão de licitar, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem **PARÁGRAFO SEGUNDO**, a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

**PARÁGRAFO SEGUNDO - RISCOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS:** Os sistemas de monitoramento e rastreamento de veículos podem consumir uma quantidade significativa de energia, especialmente se utilizarem tecnologias de alta demanda.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O uso de veículos e a infraestrutura necessária para o monitoramento podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Equipamentos eletrônicos e veículos podem gerar ruído, afetando a qualidade ambiental e a saúde das pessoas próximas.

**PARÁGRAFO QUINTO: Impactos Ambientais** A instalação de infraestrutura para monitoramento pode levar à destruição de



habitats naturais.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Equipamentos desatualizados ou danificados podem gerar resíduos eletrônicos, que são difíceis de reciclar e podem ser tóxicos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A fabricação e operação de equipamentos de monitoramento podem consumir recursos naturais como metais e combustíveis fósseis.

**PARÁGRAFO OITAVO: Medidas Mitigadoras** Adotar tecnologias que consumam menos energia e emitam menos carbono, como sensores de baixa potência e sistemas de energia renovável.

**PARÁGRAFO NONO:** Implementar programas de reciclagem e descarte adequado de equipamentos eletrônicos para minimizar a geração de resíduos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Realizar estudos de impacto ambiental antes de instalar novas infraestruturas e adotar medidas para proteger ecossistemas locais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Utilizar sistemas de monitoramento que sejam eficientes em termos de consumo de energia e que possam ser otimizados para reduzir o uso de recursos naturais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DOS CONTRATOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato poderá rescindir a qualquer tempo, mediante decisão judicial ou denúncia escrita entre as partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ocorrendo quaisquer das situações prevista no Art. 137, 138 e 139, da Lei 14.133/21, ou ainda pela inobservância de quaisquer condições pactuadas no instrumento contratual.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A extinção do contrato poderá ser motivada nos autos do processo de acordo com art. 138, da Lei Federal n. 14.133/21, *in verbis*:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
  - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
  - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
  - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#) e Decreto Estadual n.º 28.874, de 2024.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de

equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). (arts. 142, 143, 144 e 145, Decreto Estadual N° 28.874/24).

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/21, não poderão transfigurar o objeto da contratação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**PARÁGRAFO QUINTA:** Nas hipóteses de alterações contratuais e dos preços, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

**PARÁGRAFO SEXTA:** As alterações qualitativas também deverão, em regra, observar os limites percentuais mencionados no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 21, exceto se forem satisfeitas, cumulativamente, as seguintes exigências

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA MATRIZ DE RISCO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A matriz de risco constante no item 36, foi materializada em conformidade com a análise dos riscos descrita no item 35, todos do Estudo Técnico Preliminar 4 (70442058), conforme transcrita abaixo:

Riscos	Descrição	Prob	Impacto	Nível	Medidas Preventivas / Mitigadoras	Responsabilidade CONTRATADA	Responsabilidade CONTRATANTE
Falha de sinal GSM/Satélite	Perda de comunicação e dados de rastreamento	M	A	Alto	Equipamentos híbridos (GSM + Satélite), antenas adequadas, testes de cobertura	Fornecer tecnologia compatível e monitorar conectividade	Informar áreas críticas de operação
Equipamento não homologado	Uso de módulos sem certificação Anatel	B	A	Médio	Exigir certificação válida e atualizada	Garantir homologação e documentação certificada	Fiscalizar documentação técnica
Instalação inadequada	Danos à parte elétrica ou mecânica do veículo	M	A	Alto	Técnicos certificados, laudo pós-instalação	Executar instalação correta e reparar danos causados	Disponibilizar veículos e acompanhar instalação
Indisponibilidade do sistema web	Falha no acesso à plataforma de monitoramento	M	A	Alto	Plataforma de disponibilidade, servidores configurados para executar as tarefas	Manter infraestrutura, backups e suporte 24h	Comunicar falhas e registrar ocorrências
Vazamento de dados	Exposição de rotas, motoristas ou localização	B	A	Médio	Criptografia, controle de acesso, conformidade LGPD	Garantir segurança da informação e confidencialidade	Definir perfis de acesso e uso adequado
Falha na identificação por Ibutton	Motorista não identificado ou leitura incorreta	M	M	Médio	Treinamento, reposição de dispositivos, logs de auditoria	Fornecer Ibuttons, leitores e suporte técnico	Garantir uso correto pelos motoristas
Clonagem ou uso indevido de Ibutton	Fraude na identificação do condutor	B	M	Médio	Sistema com validação criptográfica e auditoria	Implementar mecanismos antifraude	Controlar entrega e guarda dos dispositivos
Atraso na instalação inicial	Veículos operando sem rastreamento	M	M	Médio	Cronograma contratual com prazos e penalidades	Cumprir prazos de instalação	Disponibilizar frota conforme agenda
Falha no armazenamento de dados	Perda de histórico de rastreamento	B	A	Médio	Backups automáticos e redundância técnica	Manter política de backup e recuperação de históricos	Solicitar relatórios periódicos de integridade
Obsolescência tecnológica	Sistema tornar-se incompatível ou ultrapassado	M	M	Médio	Atualizações periódicas sem custo adicional	Atualizar software operacional	Acompanhar evolução contratual
Dependência excessiva do fornecedor	Dificuldade de transição ao final do contrato	M	M	Médio	Prever portabilidade de dados e retirada organizada	Garantir exportação dos dados em formato aberto	Planejar transição contratual
Uso indevido do sistema	Monitoramento fora da finalidade institucional	B	A	Médio	Normas internas de uso e auditoria de acessos	Registrar logs e trilhas de auditoria	Estabelecer política de uso e controle interno

Interrupção do serviço por inadimplência contratual	Suspensão do rastreamento	B	A	Médio	Cláusulas de continuidade e notificação prévia	Manter serviço conforme descrito no contrato	Garantir regularidade contratual
Danos ou furto de equipamentos em comodato	Perda do módulo rastreador	M	M	Médio	Fixação oculta, seguro, monitoramento de violação	Substituir equipamentos defeituosos por desgaste natural	Comunicar perdas e zelar pelos equipamentos
Consumo excessivo da bateria do veículo	Descarga da bateria causada pelo módulo rastreador	B	M	Baixo	Equipamentos com baixo consumo e modo standby	Fornecer dispositivos dentro do padrão técnico operacional	Manter manutenção e fiscalização da bateria dos veículos
Descumprimento de atendimentos de suporte	Demora no atendimento técnico	M	M	Médio	Definição de prazos de atendimento e penalidades	Disponibilizar central de suporte e cumprir atendimentos	Registrar chamados e fiscalizar atendimentos
Falta de capacitação dos usuários	Uso incorreto do sistema técnico e operacional	M	M	Médio	Treinamento inicial e manuais	Ministrar treinamento e suporte contínuo	Garantir participação dos servidores
Problemas na retirada dos módulos ao fim do contrato	Danos ao veículo ou retenção de dados	B	M	Baixo	Procedimento formal de desinstalação e termo de devolução	Retirar equipamentos sem danos e excluir acessos	Agendar retirada e conferir integridade

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônico mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes, com a sua posterior publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do que dispõe o art. 89, §1º da Lei n.º 14.133/2021, devidamente certificadas pela PGE/DER-RO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

**PARÁGRAFO QUINTO:** Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

**PARÁGRAFO SEXTO:** As empresas, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente contratação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões. Omissões estas que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa CONTRATADA e a CONTRATANTE, decorrentes da execução deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado

que seja.

Porto Velho, ..... de ..... de 202....

---

**Representante legal do CONTRATANTE**

---

**Representante legal do CONTRATADO**

---



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Gustavo Da Mota Macena**, Assessor(a), em 22/04/2026, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71389848** e o código CRC **2FD81F66**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.007978/2024-06

SEI nº 71389848